



OEIRAS
VALLEY

PORTUGAL

—
MUNICÍPIO
OEIRAS

www.cm-oeiras.pt

2020

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONSOLIDADAS**



Índice

Relatório de Gestão Consolidado	07
Enquadramento	09
Perímetro de Consolidação	11
Métodos de Consolidação	15
Demonstrações Financeiras Consolidadas	17
Balanço Consolidado	19
Demonstração de Resultados por Natureza consolidada	21
Demonstração das Alterações no Património Líquido consolidado	23
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	25
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	27
Relatório de Gestão Consolidado	61
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	69
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	71
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	73
Encerramento	75
Parecer do Revisor Oficial de Contas	79

Siglas

Tipo	Designação
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
RDUAT	Projeto de Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
SEL	Setor Empresarial Local
SIMAS	Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
ZEDL	Zonas de Estacionamento de Duração Limitada



2020

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO

Enquadramento

A apresentação das contas numa perspetiva individual, não permite uma visão global da situação financeira, quer do Município, quer do grupo municipal, dificultando a tomada de decisão por parte dos decisores políticos. Assim surge a necessidade de se realizar uma análise do município e também das entidades nas quais este participa, apontando à transparência e rigor da informação ao nível do relato financeiro consolidado, dado que se pretende apresentar nas contas de um grupo de entidades como se de uma única entidade se tratasse.

Para esse efeito, são realizadas as demonstrações financeiras consolidadas, que evidenciam uma perspetiva global da situação financeira e dos resultados do grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação, mapas estes que viabilizam a análise das políticas públicas locais, numa perspetiva de largo espectro.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, determinou a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas por parte dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital em entidades do setor empresarial local. Porém, com a aprovação do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, introduziram-se algumas alterações ao nível da consolidação de contas, no que concerne à sua abrangência.

O Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas (doravante, SNC-AP) revogou a Portaria nº 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação nº1/2010, como «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo» e estabelece um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Salienta-se que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas pelo Município, em conformidade com o disposto no art.º 75º do RFALEI, e, alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

Refira-se que é entendimento do Tribunal de Contas que o termo do prazo para apresentação de contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, é o dia 31.08.2021.

Tal entendimento resulta da manutenção em vigor, até 30 de junho de 2021, do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - por força do disposto na alínea b) do mencionado artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021 -, preceito este que deve ser conjugado com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais. O mesmo prazo de 31/8/2021 é igualmente aplicável à apresentação das contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual — resultante do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março —, atendendo igualmente à conjugação desta norma com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

Perímetro de Consolidação

Prevê o artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual o carácter obrigatório quanto à apresentação de contas consolidadas do município com as entidades detidas ou participadas.

Neste contexto, o Grupo Autárquico, constituído pelo Município e pelas entidades por ele controladas, de forma direta ou indireta (considerando-se para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outras entidades), carece da adoção de procedimentos inerentes ao processo de reporte de contas consolidadas.

Dessa forma, importa definir o Perímetro de Consolidação, referindo quais as entidades que reúnem as condições legalmente previstas para integrar o grupo de consolidação de contas.

Para o exercício de 2020, as entidades que constituem o Grupo Autárquico, por serem participadas e controladas pelo Município, são as seguintes:



- **Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.**

Constituída em 2001, é detida a 100% pelo Município de Oeiras.

O seu Objeto Social visa a promoção e gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos ou de lazer que integram ou venham a integrar o património do Município de/ou aqueles que, a qualquer título, estejam confiados ao mesmo para desenvolvimento daquelas atividades e a prestação de serviços nas áreas da cultura, do desporto ou do lazer, de forma direta ou no âmbito do apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas.

A Oeiras Viva registou em 2020 uma quebra de 35,1% no seu volume de negócios em relação ao período homólogo (2.011 mil euros contra 3.097 mil euros em 2019). O resultado líquido foi negativo em 547.436 euros, o que traduz um significativo decréscimo quando comparado com o do ano anterior (positivo em 76.270 euros).

Em função da pandemia Covid-19 os equipamentos sob sua gestão tiveram de encerrar no período decorrido entre 16 de março e final de maio o que provocou um elevado desequilíbrio económico face à perda de receita e manutenção das despesas.

Após esse período, não se conseguiu recuperar toda a normalidade, uma vez que a quase totalidade dos equipamentos permaneceram “encerrados ou a trabalhar sob condições muito limitadas”, como é o caso das piscinas municipais, pavilhões desportivos e o Auditório Municipal Ruy de Carvalho. A segunda vaga da pandemia — apesar de nenhum equipamento ter encerrado durante a mesma — contribuiu para acentuar a incapacidade da empresa em gerar receitas. No que concerne aos equipamentos mais significativos da Oeiras Viva, verificou-se o seguinte:

- Piscina Oceânica — abriu a época balnear no dia 10 de junho, ou seja 1,5 semanas mais tarde do que o habitual e, para além disso, com restrições de acesso impostas pelas normas da Direção Geral de Saúde (que limitaram o acesso a 50% da sua capacidade);
- Porto de Recreio — apesar de se encontrar a 100% da sua taxa de ocupação, no que diz respeito a embarcações residentes, por força de todos os constrangimentos já referidos não funcionou em pleno: proibições na atracagem de embarcações de recreio (os designados “passantes”) — o que determinou reduções na procura em 10% por parte de nacionais e em 49% por parte de estrangeiros — que se conjugaram com o encerramento das Lojas dos concessionários; a estes últimos, foi-lhes atribuído um apoio que passou pela redução e/ou isenção das rendas, o que determinou uma quebra 61% no seu montante face ao período homólogo, ou seja, passaram de 181 mil euros em 2019 para 71 mil euros em 2020.

O decréscimo, de apenas 3%, registado no total de Gastos face ao ano anterior (3.310 mil euros contra os 3.416 mil euros de 2019), foi fortemente influenciado pelo resultado de um processo judicial cuja sentença proferida condenou a empresa ao pagamento de uma indemnização de 95 mil euros e por um acréscimo de 8% nos gastos com pessoal face ao ano anterior (1.536 mil euros face aos 1.418 mil euros de 2019), tendo-se verificado um aumento no quadro de pessoal da empresa, situação esta que, no âmbito das empresas do perímetro de consolidação, se verificou apenas na Oeiras Viva, E.M.

• Parques Tejo – Parques de Estacionamento de Oeiras, E.M., S.A.

Esta empresa iniciou a sua atividade em 1999 e é participada a 100% pelo Município de Oeiras.

Tem como objetivo principal a construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou no subsolo, no território do Concelho de Oeiras. Ao longo destes 22 anos de atividade, atenta ao seu objeto social, a Parques Tejo elaborou projetos e instalou sistemas de ordenamento das áreas de estacionamento que lhe têm sido confiadas pelo Município. A instalação e gestão destes sistemas tem trazido aos seus utentes, maior acesso e facilidade na utilização do bem escasso que é, hoje, o estacionamento nos centros urbanos.

Em 2020, a Parques Tejo registou uma quebra de 26,9% no seu volume de negócios face a 2019 (2.056 mil euros contra 2.811 mil euros). O resultado líquido foi positivo em 154.625 euros, tendo sofrido um decréscimo de cerca de 54% face ao período homólogo do ano anterior (336.036 euros).

Verificou-se um decréscimo de 14,7% no valor dos Rendimentos face ao orçamentado (2.695 mil euros contra os 3.158 mil euros previstos) e um decréscimo de 4,5% face ao registado no período homólogo (2.823 mil euros). Para este decréscimo contribuiu a suspensão do pagamento dos parquímetros, ocorrida no período compreendido entre 16 de março e 31 de maio, numa medida extraordinária decretada pelo Município no âmbito do combate à pandemia enquanto apoio económico e social. Esta situação determinou uma diminuição na receita obtida, quer nas atividades de estacionamento pago em ZEDL (parquímetros e meios eletrónicos de pagamento), quer nas atividades inerentes à fiscalização das mesmas (dísticos, bloqueadores e outros).

No que concerne aos Gastos, verificou-se um decréscimo de 18,3% no total de Gastos Operacionais face ao previsto no Orçamento (2.488 mil euros contra 3.044 mil euros previstos) e um acréscimo de 1,7% em relação a 2019 (que registou 2.447 mil euros). Esta variação, face ao período homólogo deve-se, essencialmente, à entrada em funcionamento do Parque de Estacionamento do Parque dos Poetas.

- **Município, E.M., S.A.**

A sociedade foi criada em 1999, tendo o Município de Oeiras uma participação de 59,22%.

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. tem como principais atividades a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica, a produção e comercialização de dados, o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet, consultoria em sistemas de informação geográfica, prestação de serviços energéticos, prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas e centrais de compras públicas.

No ano de 2020 a atividade operacional da empresa foi altamente impactada pela pandemia COVID-19, tendo-se verificado uma quebra de 61% no volume de negócios, face ao período homólogo.

A pandemia COVID-19 fez-se sentir na maior dificuldade de angariação de novos projetos e na suspensão do projeto RDUAT na província de Nampula, Moçambique e do projeto Atlas de Setúbal e, causou a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, no sentido em que as medidas restritivas de confinamento limitaram os contactos com os proprietários, plenários de sensibilização e identificação de proprietários, o que determinou uma derrapagem nos prazos de execução e, por consequência, a um atraso no fecho dos projetos, o que levou ao aumento dos custos e a um adiamento da faturação.

É possível medir a quebra de atividade através dos seguintes indicadores operacionais: horas de voo (redução de 77%, passando de 152 horas em 2019 para 35 horas em 2020), número de missões (34 em 2019 e 12 em 2020, o que se traduz numa quebra de 65%) e número de imagens adquiridas (passaram de 20.316 em 2019 para 1.742 em 2020, significando uma redução de 91%).

A conjugação destes fatores originaram uma quebra acentuada no resultado líquido que foi negativo em 1.596.118 euros relativamente ao período homólogo do ano anterior (- 103.647 euros).

No âmbito da consultoria e desenvolvimento, merecem destaque alguns projetos como é o caso do desenvolvimento de uma plataforma de gestão e georreferenciação dos pareceres emitidos pela Metro do Porto, e do desenvolvimento da plataforma CityHub, que pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios.

A pandemia afetou de forma considerável a evolução do projeto www.uniquepaths.eu, financiado pela linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, que viu o seu cronograma estagnar e a sua concretização alongar-se para o ano de 2021. O progresso do projeto da Central Nacional de Compras CONNECT® foi igualmente afetado, no sentido em que o investimento que as entidades aderentes CONNECT® previam realizar ao longo do ano, muitos deles na reconversão dos seus meios de mobilidade, foram amplamente reconduzidos para o combate à pandemia.

Ao longo do ano de 2020, a Município, E.M., S.A apresentou 417 propostas, das quais 83 estão já adjudicadas, o que representa uma evolução positiva na taxa de adjudicação, passando de 9% em 2019 para 20% em 2020.

Os clientes que mais contribuíram para o volume de faturação em 2020 foram o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (34,8%), Ecorede – Engenharia e Serviços (10,4%), Município de Oeiras (5,5%), IFAP (3%) e Administração Portos Douro e Leixões (2,2%).

O setor público representou, em 2020, 79,02% da faturação (75,71% em 2019). Na perspetiva da internacionalização, verifica-se que o mercado nacional é o mercado mais significativo de atuação da empresa: representou 65,23% da faturação em 2020, quando em 2019 representou 50,08%.

- **Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM, (SIMAS)**

Controlada equitativamente pelos municípios de Oeiras e Amadora, viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.

No ano de 2020 os SIMAS verificaram uma ligeira redução do Volume total de água vendida (m³) de 0,5%, face ao período homólogo (20.513.949m³ em 2020 contra 20.616.196m³ em 2019).

Verificou-se uma diminuição da percentagem de água não faturada, face ao ano de 2019, evoluindo positivamente de 23% para 20%, esta redução deve-se ao esforço de investimento na rede e ao programa de substituição de contadores. Ainda assim, este indicador identifica claramente uma oportunidade de melhoria.

No Concelho de Oeiras, procedeu-se à remodelação/ampliação de 10.673m de rede verificando-se uma taxa de execução de 97% face ao antecipado no Plano Estratégico. Encontra-se ainda por executar a substituição das redes cujo material é o fibrocimento, que representa ainda 6,25% do total da rede.

No Concelho da Amadora, procedeu-se à remodelação/ampliação de 13.026m de rede verificando-se uma taxa de execução de 186%, face aos 7.000m inicialmente previstos. A percentagem de rede em fibrocimento, material que se pretende eliminar, é ainda da ordem dos 13,8%.

A assinatura, no início do ano de 2020, de um protocolo com a Associação de Bombeiros da Amadora permitiu a análise do estado de conservação e funcionamento de todos os hidrantes instalados e identificação de utilização indevida dos mesmos, com o objetivo de redução das perdas.

Em matéria de Saneamento,

- no Concelho de Oeiras, em 2020, foram executadas obras de remodelação/ampliação numa extensão de 4.867m de rede, atingindo uma taxa de execução de 122% acima do valor previsto no Plano Estratégico;
- no Concelho da Amadora, foram executadas obras de remodelação/ampliação das redes de Saneamento numa extensão de 6.393m de rede, atingindo uma taxa de execução de 160% face ao previsto no Plano Estratégico.

No que refere à análise financeira, no ano de 2020, verificou-se um aumento ligeiro de 2,5% nos Rendimentos Operacionais; no entanto, os Gastos Operacionais sofreram um aumento de 9%, o que se traduziu numa quebra de 74% do Resultado Operacional, passando este de 4.524 milhares de euros em 2019 para 1.197 milhares de euros em 2020. O resultado líquido passou de 4.852.819 euros, em 2019, para 1.315.322 euros, em 2020, traduzindo um decréscimo de cerca de 73%.

Este aumento dos Gastos Operacionais, deve-se essencialmente à correção efetuada na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis. A implementação do SNC-AP obrigou à alteração de critérios na mensuração do valor patrimonial dos edifícios, assim como o ajustamento das vidas úteis, traduzindo-se num aumento exponencial das depreciações.

Métodos de Consolidação

O Processo de consolidação de contas, visa apresentar as contas de um grupo de entidades, como se de uma única entidade se tratasse, através das demonstrações financeiras, refletindo a posição financeira e a situação económica do grupo como um todo.

Mediante a percentagem de participação que a entidade consolidante detém sobre as participadas, assim é aplicado o respetivo método de consolidação de contas¹, com a finalidade de melhor refletir a imagem financeira do grupo.

Atendendo às percentagens de propriedade do capital próprio e controlo que o Município detém nas entidades que integram o Perímetro de Consolidação, são utilizados os seguintes métodos:

- **Método da Equivalência Patrimonial** (também designado como método simplificado de consolidação): é um método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora.
Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidos pelos resultados.
Este método é utilizado com o SIMAS, em que o controlo é partilhado igualmente entre os Municípios de Oeiras e Amadora.
- **Método de Consolidação Integral**: é adotado em situações de controlo exclusivo e consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.
Este método é utilizado com as restantes entidades do perímetro de consolidação, ou seja, Município, Oeiras Viva e Parques Tejo.

¹ Existem 3 métodos de consolidação de contas de possível utilização, mediante a dimensão da participação: Método da Consolidação Integral; Método da Equivalência Patrimonial e Método de Consolidação Proporcional.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado

ATIVO

Rubricas	SNC -AP	Normativo Anterior
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	499 045 541	561 348 232
Propriedades de investimento	18 919 206	
Ativos intangíveis	1 265 727	1 113 132
Ativos biológicos	52 952	
Participações financeiras	86 408 096	17 031 028
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-	
Acionistas/sócios/associados	-	
Diferimentos	-	
Outros ativos financeiros	308 558	
Ativos por impostos diferidos	4 266	
Cientes, contribuintes e utentes	-	
Outras contas a receber	-	
	606 004 346	579 492 392
Ativo corrente		
Inventários	2 694 137	1 914 194
Ativos biológicos	-	33 531
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 821 270	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-	
Cientes, contribuintes e utentes	3 696 058	911 323
Estado e outros entes públicos	112 887	196 961
Acionistas/sócios/associados	-	
Outras contas a receber	25 371 616	24 581 115
Diferimentos	320 036	668 113
Ativos financeiros detidos para negociação	-	
Outros ativos financeiros	-	
Ativos não correntes detidos para venda	-	
Caixa e depósitos	96 132 392	123 919 197
Total do Ativo Corrente	130 148 396	152 224 434
Total do Ativo	736 152 742	731 716 826

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Rubricas	SNC -AP	Normativo Anterior
	31/12/2020	31/12/2019
Património Líquido		
Património/Capital	328 550 651	346 441 895
Ações (quotas) próprias	- 265	- 265
Outros instrumentos de capital próprio	1 465 221	
Prémios de emissão	-	
Reservas	84 736 745	118 603 898
Resultados transitados	176 382 042	177 373 529
Ajustamentos em ativos financeiros	72 734 401	
Excedentes de revalorização	-	
Outras variações no Património Líquido	13 655 099	4 077 920
Resultado líquido do período	4 938 848	26 994 271
Dividendos antecipados	-	
Interesses que não controlam	2 609 990	1 388 441
Total do Património Líquido	685 072 733	674 879 689
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	785 379	3 557 046
Financiamentos obtidos	7 892 602	9 245 588
Fornecedores de investimentos	-	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	
Diferimentos	-	6 242 031
Passivos por impostos diferidos	143 459	
Fornecedores	-	
Outras contas a pagar	6 136 410	8 168 882
Total do Passivo não Corrente	14 957 850	27 213 547
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	137 486	
Fornecedores	2 970 598	3 140 209
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	1 390 574
Estado e outros entes públicos	750 836	585 237
Acionistas/sócios/associados	-	
Financiamentos obtidos	2 404 662	2 779 078
Fornecedores de investimentos	124 926	978 503
Outras contas a pagar	13 265 132	14 819 390
Diferimentos	16 468 519	5 930 599
Passivos financeiros detidos para negociação	-	
Outros passivos financeiros	-	
Total do Passivo Corrente	36 122 159	29 623 590
Total do Passivo	51 080 009	56 837 137
Total do Património Líquido e Passivo	736 152 742	731 716 826

Orgão executivo

Em ... de de

.....

Orgão deliberativo

Em ... de de

.....

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Rendimentos e Gastos	SNC -AP	Normativo Anterior
	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	96 461 709	101 043 648
Vendas	347 482	8 794 719
Prestações de serviços e concessões	18 962 974	45 812 014
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	657 661	
Transferências e subsídios obtidos	35 019 052	32 119 422
Variações nos inventários da produção	412 141	
Trabalhos para a própria entidade	151 774	35 625
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 965 791	- 8 664 551
Fornecimentos e serviços Externos	- 62 876 741	- 64 629 505
Gastos com o pessoal	- 58 564 716	- 60 877 025
Transferências e subsídios concedidos	- 33 705 334	- 20 532 563
Prestações sociais	-	
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	263 944	569 672
Provisões (aumentos/reversões)	2 463 318	
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	
Aumentos/reduções de justo valor	-	
Outros rendimentos	23 453 950	14 966 087
Outros gastos	- 3 924 061	- 7 794 030
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	17 157 362	39 704 169
Gastos de depreciação e amortização	- 12 245 219	- 12 990 734
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	4 912 143	26 713 435
Juros e rendimentos similares obtidos	248 814	735 351
Juros e gastos similares suportados	- 690 742	- 499 383
Resultados antes de impostos	4 470 216	26 949 402
Imposto sobre o rendimento	- 182 265	-
Resultado líquido do período	4 287 951	26 949 402
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade mãe	4 938 848	-
Interesses que não controlam	- 650 897	-
	4 287 951	26 949 402

Orgão executivo

Em de de

.....

Orgão deliberativo

Em de de

.....

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transferridos	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	328 550 651,17	-264,98	0,00	0,00	83 118 252,89	150 431 741,81	-2 762 123,65	0,00	2 347 852,46	29 322 692,66	591 008 796,36	-1 307 937,33	899 700 659,03
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-126 985,38	83 381 080,95	0,00	6 521 717,97	0,00	89 775 813,54	0,00	89 775 813,54
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 707 257,72	0,00	4 707 257,72	0,00	4 707 257,72
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349 173,36	0,00	0,00	0,00	0,00	349 173,36	0,00	349 173,36
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	1 355 686,83	25 728 112,52	-7 884 550,62	0,00	78 270,82	-27 086 359,77	-7 808 840,22	-35 515,30	-7 844 355,52
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	1 355 686,83	25 950 300,50	75 496 530,33	0,00	11 307 246,51	-27 086 359,77	87 023 404,40	-35 515,30	86 987 889,10
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 991 820,24	2 991 820,24	0,00	2 991 820,24
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	1 355 686,83	25 950 300,50	75 496 530,33	0,00	11 307 246,51	-24 094 539,53	90 015 224,64	-35 515,30	89 979 709,34
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	1 465 221,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 465 221,29	-597 517,24	867 704,05
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	262 805,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-289 305,49	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	1 465 221,29	0,00	262 805,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-289 305,49	1 438 721,29	-597 517,24	841 204,05
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	328 550 651,17	-264,98	1 465 221,29	0,00	84 786 745,21	176 382 042,31	72 734 400,68	0,00	13 655 089,97	4 938 847,64	682 462 742,29	-1 940 969,88	680 521 772,41

Orgão deliberativo
Em ... de de

Orgão executivo
Em ... de de

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado, do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Periodos 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	20 394 902,42
Recebimentos de contribuintes	94 624 765,19
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	36 323 222,74
Recebimentos de utentes	1 591 635,30
Pagamentos a fornecedores	-59 152 704,56
Pagamentos ao pessoal	-57 530 172,02
Pagamentos a contribuintes / Utes	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios	-34 629 643,76
Pagamentos de prestações sociais	0,00
Caixa gerada pelas operações	1 622 005,31
Recebimento do imposto sobre o rendimento	-11 795,73
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-42 728,79
Outros recebimentos	3 461 859,56
Outros pagamentos	-3 285 589,12
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)	1 743 751,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-43 117 111,21
Ativos intangíveis	-263 260,59
Propriedades de investimento	0,00
Investimentos financeiros	-195 799,51
Outros ativos	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	15 290 950,23
Ativos intangíveis	0,00
Propriedades de investimento	0,00
Investimentos financeiros	0,00
Outros ativos	3 329 728,96
Subsídios ao investimento	1 674 540,39
Transferências de capital	1 337 996,74
Juros e rendimentos similares	10 076,62
Dividendos	1 644 134,34
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)	-20 288 744,03
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	317 097,66
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00
Doações	0,00
Outras operações de financiamento	0,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-2 044 499,05
Juros e gastos similares	-31 846,71
Dividendos	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00
Outras operações de financiamento	0,00
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)	-1 759 248,10

Rubricas	Periodos 31/12/2020
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-20 304 240,90
Efeito das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	116 436 632,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 132 391,70
Conciliação entre caixas e seus equivalentes e saldo de gerência	
Caixa e seus equivalentes no início do período	116 436 632,60
- Equivalentes a caixa no início do período	-3 776 347,48
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00
Saldo da gerência anterior	112 660 285,12
De execução orçamental	106 822 913,69
De operações de tesouraria	5 837 371,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 132 391,70
- Equivalentes a caixa no fim do período	-1 842 349,81
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00
Saldo para a gerência seguinte	94 290 041,89
De execução orçamental	87 060 181,21
De operações de tesouraria	7 229 860,68

Orgão executivo

Em ... de de

.....

Orgão deliberativo

Em ... de de

.....

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Consubstanciado no art.º 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, o Município apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2020, que se reportam a 31 de dezembro.

O Grupo Autárquico realizou as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios que devem reger a elaboração das contas consolidadas.

As notas apresentadas neste relato, refletem as informações financeiras relativas aos saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, bem como, os mapas exigidos pelo n.º7 do citado art.º 75 da Lei nº73/2013, mais especificamente Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados, Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao Grupo Autárquico, ou se cinjam a factos ou situações que não sejam materialmente relevantes.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

As entidades que compõem o Grupo Autárquico, para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2020, dando dessa forma cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, são as seguintes:

Nome	Sede Social	% de Particip.	Capital Social	Responsáveis	Sistema de Contabilidade aplicável	N.º de Trabalhadores
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal 2784-501 OEIRAS	-	682 874 218,80	Presidente: Isaltino Morais Vice-Presidente: Francisco Rocha Gonçalves Vereadores: Joana Baptista; Pedro Patacho; Teresa Bacelar; Nuno Neto; Carlos Morgado; Marlene Rodrigues; Joaquim Raposo; Ângelo Pereira; Armando Soares; Heloísa Apolónia	SNC-AP	2 707
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19 Urb. Moimão das Antas 2784-541 OEIRAS	50,00%	151 686 078,37	Presidente: Isaltino Morais Vogal: Joana Baptista Vogal: José Agostinho Marques	SNC-AP	446
Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 OEIRAS	100,00%	663 298,92	Presidente: António Almeida Vogal: Victor Gonçalves Vogal: Marina Costa	SNC	74
Parques Tejo, Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A.	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	100,00%	5 200 465,67	Presidente: Luiz Melo Vogal: Miguel Neto Vogal: Zalinda Campilho	SNC	53
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, 11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	56,71%	3 163 493,90	Presidente Conselho de Administração: Fernando Trigo Administrador: Rui Coias Administrador: João Silva	SNC	35

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Com o intuito de corresponder ao anteriormente referido, foram apurados os movimentos extra contabilísticos, nomeadamente ao nível de eliminações da participação financeira, de transações recíprocas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas.

BALANÇO - Ajustamentos

Balancos consolidados de forma direta	Ajustamentos decorrentes do processo de consolidação utilizando o método integral					Balancos consolidados de acordo com o método integral
	OV	PT	Municipia	Ajustamentos ao balanço	Total	
	100%	100%	50,22%			
Ativo						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	499.045.541					499.045.541
Propriedades de investimento	18.919.206					18.919.206
Ativos intangíveis	1.265.727					1.265.727
Ativos biológicos	52.952					52.952
Participações financeiras	93.235.001	-663.299	-963.140		-6.826.905	86.408.096
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0					0
Acionistas/sócios/associados	0					0
Diferimentos	0					0
Outros ativos financeiros	308.558					308.558
Ativos por impostos diferidos	4.266					4.266
Cientes, contribuintes e utentes	0					0
Outras contas a receber	0					0
Total do Ativo não Corrente	612.831.251	-663.299	-963.140	0	-6.826.905	606.004.346
Ativo corrente						
Inventários	2.694.137					2.694.137
Ativos biológicos	0					0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.821.270					1.821.270
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0					0
Cientes, contribuintes e utentes	3.631.642	-1.840		66.255	64.416	3.696.058
Estado e outros entes públicos	112.887					112.887
Acionistas/sócios/associados	0					0
Outras contas a receber	25.371.616					25.371.616
Diferimentos	320.036					320.036
Ativos financeiros detidos para negociação	0					0
Outros ativos financeiros	0					0
Ativos não correntes detidos para venda	0					0
Caixa e depósitos	96.198.647			-66.255	-66.255	96.132.392
Total do Ativo Corrente	130.150.236	-1.840	0	0	-1.840	130.148.396
Total do Ativo	742.981.486	-665.139	-963.140	0	-6.828.745	736.152.742

Patrimônio Líquido

Patrimônio/Capital	332.838.295	-100.966	-950.000	-3.236.679	-4.287.644	Eliminação dos efeitos no patrimônio das partes relacionadas das empresas, consideradas nos balanços individuais com recurso ao método de equivalência patrimonial.	328.550.651
Ações (quotas) próprias	-265						-265
Outros instrumentos de capital próprio	1.465.221						1.465.221
Prêmios de emissão	0						0
Reservas	84.758.130		-21.395		-21.395	Eliminação dos efeitos nas rubricas relativos aos interesses minoritários da Município, na parte de capital remanescente à participação (40,78%).	84.736.745
Resultados transferidos	176.348.785		33.257		33.257		176.382.042
Ajustamentos em ativos financeiros	78.086.028	-1.121.149	-4.122.341	-108.138	-5.351.628	Eliminação dos efeitos na rubrica relativos aos resultados transferidos das empresas registrados nas contas individuais do Município ao abrigo do método de equivalência patrimonial.	72.734.401
Excedentes de revalorização	0				0		0
Outras variações no Patrimônio Líquido	15.413.482				-438.445	Ajustamento de correção ao balanço consolidado decorrente do processo de eliminação das operações entre as entidades consolidantes.	14.975.017
Resultado líquido do período	2.991.820	545.596	-154.625	1.556.056	1.947.027	Ajustamento de saldos no montante de R\$ 1.830.614, relativo a ajustamentos de faturas na conta de clientes da Empresa Ciertas Viva e ajustamentos na rubrica decorrentes da anulação dos efeitos do reconhecimento ao abrigo do método de equivalência patrimonial, expurgando os efeitos minoritários da empresa Município.	4.938.848
Dividendos antecipados	0						0
Interesses que não controlam	0		1.290.073		1.290.073	Anulação do efeito do montante referente aos interesses que não são controlados pela Município na empresa, na parte de capital remanescente à participação (40,78%).	1.290.073
Total do Patrimônio Líquido	691.901.477	-676.518	-5.226.966	-486.816	-438.445		685.072.733

Passivo

Passivo não corrente							
Provisões	785.379						785.379
Financiamentos obtidos	7.892.602						7.892.602
Fornecedores de investimentos	0						0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0						0
Diferimentos	0						0
Passivos por impostos diferidos	143.459						143.459
Fornecedores	0						0
Outras contas a pagar	6.136.410						6.136.410
Total do Passivo não Corrente	14.957.850	0	0	0	0		14.957.850
Passivo corrente							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	137.486						137.486
Fornecedores	2.970.598						2.970.598
Ancoramentos de clientes, contribuintes e utentes	0						0
Estado e outros entes públicos	750.836						750.836
Acionistas/sócios/associados	0						0
Financiamentos obtidos	2.404.662						2.404.662
Fornecedores de investimentos	124.926						124.926
Outras contas a pagar	13.265.132						13.265.132
Diferimentos	16.468.519						16.468.519
Passivos financeiros detidos para negociação	0						0
Outros passivos financeiros	0						0
Total do Passivo Corrente	36.122.159	0	0	0	0		36.122.159
Total do Passivo	51.080.009	0	0	0	0		51.080.009
Total do Patrimônio Líquido e Passivo	742.981.486	-676.518	-5.226.966	-486.816	-438.445		736.152.742

Demonstração de Resultados - Ajustamentos

Demonstrações de resultados consolidadas de acordo com o método integral	Ajustamentos decorrente do processo de consolidação utilizando o método integral					Demonstrações de resultados consolidadas de acordo com o método integral	
	OV	PT	Municipia	Ajustamentos ao balanço do Município			Total
				Observações	Total		
	100%	100%	59,22%				
Rendimentos e Custos							
Impostos, contribuições e taxas	96.461.709					96.461.709	
Vendas	347.763			-280		347.482	
Prestações de serviços e concessões	19.479.519	-104.788		-411.757		18.962.974	
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas associadas e empresas	-640.309	-154.625	905.159		1.297.970	657.661	
Transferências e subsídios obtidos	36.113.697			-1.094.645		35.019.052	
Variações nos inventários da produção	412.141					412.141	
Trabalhos para a própria entidade	151.774					151.774	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.965.791					-1.965.791	
Fornecimentos e serviços Externos	-63.391.727	261.112	149.000	104.788	514.966	-62.876.741	
Gastos com o pessoal	-58.564.716					-58.564.716	
Transferências e subsídios concedidos	-34.799.979	380.242			1.094.645	-33.705.334	
Prestações sociais	0					0	
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0					0	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	263.944					263.944	
Provisões (aumentos/reversões)	2.463.318					2.463.318	
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0					0	
Aumentos/reduções de justo valor	0					0	
Outros rendimentos	23.453.950					23.453.950	
Outros gastos	-3.924.061					-3.924.061	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	15.861.232				1.296.130	17.157.362	
gastos de depreciação e amortização	-12.245.219					-12.245.219	
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0					0	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	3.616.013				1.296.130	4.912.143	
Juros e rendimentos similares obtidos	248.814					248.814	
Juros e gastos similares suportados	-690.742					-690.742	
Resultados antes de impostos	3.174.085				1.296.130	4.470.215	
Imposto sobre o rendimento	-182.265					-182.265	
Resultado líquido do período	2.991.820				1.296.130	4.287.951	
Resultado líquido do período atribuível a:							
Detentores do capital da entidade mãe	3.642.717				1.296.130	4.938.848	
Interesses que não controlam	-650.897				0	-650.897	
	2.991.820	1.522.951	120.915	1.054.159	1.401.894	4.287.951	

Notas referentes ao Município:

1. No Balanço, em participações financeiras, foi reconhecida, em 50%, a participação do SIMAS, no montante de 77,5 milhões de euros, por contrapartida de conta do património líquido.
2. Foram reconhecidos como ativos biológicos, as videiras do Município que estão afetas à produção de vinho da região, no montante de 53,0 mil euros, por conta de conta do património líquido, conforme Nota 10 do presente anexo.
3. Foi efetuada uma correção retrospectiva à conta de outras variações no património líquido, no montante de 279,7 mil euros, relativamente a guias de receita do Turismo de Portugal, registadas em rendimentos, quando deveriam estar registadas em transferências ou subsídios de capital.
4. Verificou-se, ainda uma reclassificação no passivo não corrente, dos montantes referentes a projetos cofinanciados para subsídios ao investimento, na rubrica de diferimentos por contrapartidas da rubrica de outras variações no património líquido, no montante de 6,2 milhões de euros, conforme quadro infra.

Conta	Descrição	Valor de diferimentos objeto de reclassificação
593112910101	Passeio Marítimo	594 402,02
593112910201	Veículos Elétricos	107 634,46
593141102	EB1 Gomes Freire Andrade	1 398 372,42
593141103	Eficiência Energética	155 651,52
593141104	Centro de Saude de Carnaxide	1 601 092,04
593141105	Centro de Saúde de Barcarena	1 014 116,77
593141106	Páteo dos Cavaleiros	134 525,27
593141107	Bairro dos Navegadores	316 915,09
593141121	EB Narcisa Pereira	300 652,50
593141123	EVA - Rio Jamor	618 669,00
		6 242 031,09

Património Líquido - Ajustamentos

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) próprias	Outros Incentivos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Reservas Transitórias	Ajustamentos em Alíneas Financeiras	Excedentes de Reavaliação	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido			
Posição no início do período	(1)	-4.287.644,24			-21.385,28	33.257,45	6.351.627,65	-438.445,12	0,00	-10.066.944,84	1.388.440,39	-8.677.404,25		-8.677.404,25			
Alterações no período																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de reavaliação																	
Excedentes de reavaliação e reservas																	
Transferências e subsídios de capital																	
Correção de erros materiais																	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido																	
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.987,95	-44.987,95			
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.027,40	1.947.027,40	650.867,06	1.296.160,34			
Operações com detentores de capital no período	(4) e (5) e (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.027,40	1.947.027,40	650.867,06	1.296.160,34			
Reavaliações de capital/património																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
Subscrições de prémios de emissão	(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.517,24	597.517,24			
Posição fim período	(6) e (7) e (8) e (9)	-4.287.644,24	0,00	0,00	-21.385,28	33.257,45	-5.351.627,65	-438.445,12	0,00	1.947.027,40	1.947.027,40	-8.118.617,43	1.388.072,82	-6.829.744,62			
Observações																	
		Eliminação dos efeitos no património das partes relacionadas das empresas consideradas nos balanços individuais com recurso ao método de equivalência patrimonial. A negativa nos montantes de € 100.961,57 (Dermas Viva), € 950.000,00 (Parques Tejo) e € 3.236.678,67 (Municipal).				Eliminação dos efeitos nas rubricas relativas aos resultados atribuídos às empresas minoritárias do Município através do balanço patrimonial, a remanescente a participação de € 40,78%.		Eliminação dos efeitos na rubrica relativos aos resultados atribuídos às empresas minoritárias do Município através do balanço patrimonial, a remanescente a participação de € 40,78%.							Atenuação na rubrica decorrentes do aumento de efeitos de reconhecimento ao abito do método de equivalência patrimonial, enquanto os efeitos montantes de € 546.586,31 (Dermas Viva), € 154.624,70 (Parques Tejo) e € 1.556.056,79 (Municipal).		Anulação do efeito do método relativo aos interesses que não são controlados pelo Município na empresa, na parte de capital remanescente à participação de € 40,78%.

Fluxos de Caixa - Ajustamentos

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado, do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Ajustamentos decorrente do processo de consolidação utilizando o método integral

Rubricas	Fluxos de Caixa consolidados de forma direta	GV	PT	Municipia	Ajustamentos aos fluxos de caixa do Município	Total	Observações	Fluxos de Caixa consolidados de acordo com o método integral
	31/12/2020							
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Recbimentos de clientes	22 098 679,22	1 035 330,99	-360 242,34	183 270,00	105 133,47	1 703 976,60	Ajustamentos na rubrica referentes a fluxos entre as empresas e o Município.	23 802 856,02
Recbimentos de contribuintes	94 624 765,19							94 624 765,19
Recbimentos de transferências e subsídios correntes	36 323 222,74							36 323 222,74
Recbimentos de utentes	1 591 635,30							1 591 635,30
Pagamentos a fornecedores	-60 790 425,90	240,00	-171 148,93		-1 598 843,33	-1 770 232,26	Ajustamentos na rubrica referentes a anulação dos efeitos de pagamentos entre o Município e as empresas (€ 1.035.330,99 Oeiras; Viseu; € 380.242,34 Parques Tejo; € 183.270,00 Município). Os Montantes identificados nas colunas relativas a Oeiras/Viseu (€ 240,00) e Parques Tejo (€ 171.148,93), referem-se a anulações dos pagamentos destas ao Município.	62 560 658,16
Pagamentos ao pessoal	-57 530 172,02							-57 530 172,02
Pagamentos a contribuintes / Utentes	0,00							0,00
Pagamentos de transferências e subsídios	-34 629 643,76							-34 629 643,76
Pagamentos de prestações sociais	0,00							0,00
Caixa gerada pelas operações	1 688 268,77					-66 255,46		1 622 005,31
Recbimento do imposto sobre o rendimento	-11 795,73							-11 795,73
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-42 728,79							-42 728,79
Outros recbimentos	3 461 859,56							3 461 859,56
Outros pagamentos	-3 285 589,12							-3 285 589,12
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)	1 810 006,69					-66 255,46		1 743 751,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento								
Pagamentos respeitantes a:								
Ativos fixos tangíveis	-43 117 111,21							-43 117 111,21
Ativos intangíveis	263 260,59							263 260,59
Propriedades de investimento	0,00							0,00
Investimentos financeiros	-195 799,51							-195 799,51
Outros ativos	0,00							0,00
Recbimentos provenientes de:								
Ativos fixos tangíveis	15 290 950,23							15 290 950,23
Ativos intangíveis	0,00							0,00
Propriedades de investimento	0,00							0,00
Investimentos financeiros	0,00							0,00
Outros ativos	3 329 728,96							3 329 728,96
Subsídios ao investimento	1 674 540,39							1 674 540,39
Transferências de capital	1 337 996,74							1 337 996,74
Juros e rendimentos similares	10 076,62							10 076,62
Dividendos	1 644 134,34							1 644 134,34
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)	-20 288 744,63					0,00		-20 288 744,63
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Recbimentos provenientes de:								
Financiamentos obtidos	317 097,66							317 097,66
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00							0,00
Cobertura de prejuízos	0,00							0,00
Doações	0,00							0,00
Outras operações de financiamento	0,00							0,00
Pagamentos respeitantes a:								
Financiamentos obtidos	-2 044 499,05							-2 044 499,05
Juros e gastos similares	-31 846,71							-31 846,71
Dividendos	0,00							0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00							0,00
Outras operações de financiamento	0,00							0,00
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)	-1 759 248,10					0,00		-1 759 248,10
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-20 237 985,44					-66 255,46		-20 304 240,90
Efeito das diferenças de câmbio	0,00							0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	116 436 632,60							116 436 632,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 198 647,16					-66 255,46		96 132 391,70
Conciliação entre caixas e seus equivalentes e saldo de gerência								
Caixa e seus equivalentes no início do período	116 436 632,60					0,00		116 436 632,60
-Equivalentes a caixa no início do período	-3 776 347,48							-3 776 347,48
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0,00							0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período	0,00							0,00
Saldo da gerência anterior	112 660 285,12							112 660 285,12
De execução orçamental	106 822 913,69							106 822 913,69
De operações de tesouraria	5 837 371,43							5 837 371,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	96 198 647,16					-66 255,46		96 132 391,70
-Equivalentes a caixa no fim do período	-1 842 349,61					0,00		-1 842 349,61
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0,00					0,00		0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00					0,00		0,00
Saldo para a gerência seguinte	94 290 041,89					0,00		94 290 041,89
De execução orçamental	87 126 436,67		66 255,46			-66 255,46	Redução na rubrica do montante referente às contraordenações emitidas pela Parques Tejo em que o recebimento efetivo no Município ocorreu em 2021.	87 060 181,21
De operações de tesouraria	7 229 880,68					0,00		7 229 880,68

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. A informação referente à identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico adotados pelo Município de Oeiras encontram-se espelhados no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III) e o organograma (publicado no Diário da República, 2ª série, Parte H, o Despacho nº 3686/2020, de 25 de março) no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III).

O Município de Oeiras, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, apresenta Contas Consolidadas, sendo esta a sede da entidade com controlo final das mesmas.

A atividade do município é regida pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O período de relato compreende o ano civil de 2020, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

1.2. As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP) relevantes para a entidade.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) e aplicadas as Normas de Contabilidade Pública. Pelo facto, as contas apresentadas encontram-se afetadas por reclassificações e ajustamentos decorrentes da alteração do referencial contabilístico POCAL para o SNC-AP. Adicionalmente, em resultado da alteração do referencial contabilístico a consolidação dos SIMAS (empreendimento conjunto) passou a ser efetuada pelo método da equivalência patrimonial substituindo o método de consolidação integral. Pelas razões referidas, os saldos apresentados não são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas em referência a 31 de dezembro de 2019.

Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Na transição para o novo normativo, foram efetuadas reclassificações tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos Intangíveis

Os bens são mensurados pelo seu custo.

Participações Financeiras

As participações financeiras foram mensuradas através do método da equivalência patrimonial e pelo método do custo (participações inferiores a 20%).

Depreciações e amortizações

As depreciações aplicadas a bens do Ativo Fixo Tangível e as Amortizações aplicadas a bens do Ativo Intangíveis refletem o potencial de serviço do ativo que já foi consumido, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando o número de anos de vida útil de referência conforme o disposto no CC2 (Classificador Complementar 2).

Contas a receber

As contas a receber são desagregadas em quantias a receber de clientes, contribuintes e utentes, mensurados inicialmente pelo seu justo valor e posteriormente ajustados ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzida das perdas por imparidade.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

A única exceção é a produção do vinho em que é efetuado o registo de fabrico com o valor do custo específico.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis registaram durante a gerência de 2020 os seguintes movimentos:

Q.2_3.1 Variação das amortizações e perdas por imparidades

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	4 406 712,72	3 749 114,10	0,00	657 598,62	4 004 325,39	3 470 265,53	0,00	534 059,86
Propriedade industrial e intelectual	496 401,99	68 079,36	0,00	428 322,63	545 601,99	68 623,80	0,00	476 978,19
Outros ativos intangíveis	116 975,88	52 623,58	0,00	64 352,30	95 447,02	55 474,99	0,00	39 972,03
Ativos intangíveis em curso	27 601,20	0,00	0,00	27 601,20	214 716,46	0,00	0,00	214 716,46
Total	5 047 691,79	3 869 817,04	0,00	1 177 874,75	4 860 090,86	3 594 364,32	0,00	1 265 726,54

Q.3_3.2 Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas impar.	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	657 598,62	77 021,97	909 942,09	0,00	0,00	0,00	278 848,57	-1 389 351,39	534 059,86
Propriedade industrial e intelectual	428 322,63	49 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-544,44	0,00	476 978,19
Outros	64 352,30	0,00	-21 528,86	0,00	0,00	0,00	-2 851,41	0,00	39 972,03
Ativos intangíveis em curso	27 601,20	279 119,26	-92 004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214 716,46
Total	1 177 874,75	405 341,23	796 409,23	0,00	0,00	0,00	275 452,72	-1 389 351,39	1 265 726,54

Nota: na rubrica de “Ativos intangíveis em curso” verifica-se uma adição (compra) no montante de € 151.773,67 referente ao projeto Uniquepaths da empresa Municipia.

Q.4_3.2A Desagregação das adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação	Doação em Pagamento	Locação Fin.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	77 021,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77 021,97
Propriedade industrial e intelectual	0,00	49 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 200,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	279 119,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279 119,19
Total	0,00	405 341,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405 341,16

Q.5_3.2B Desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições				
	Alienações a Título Oneroso	Transf. Ou Troca	Fusão, Coesão, Reestrut.	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-1 389 351,39	-1 389 351,39
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	-1 389 351,39	-1 389 351,39

Nota: O valor de €1.389.351,39, classificado como “outra diminuição”, corresponde a um desreconhecimento por abate de software informático no Município.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte, estão discriminados os contratos de concessão celebrados pelo Município, no entanto os mesmos não incorrem em pagamentos ao concessionário.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão (anos)	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de 1991 - Exploração da concessão de distribuição de eletricidade de baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Distribuição de eletricidade de baixa tensão	30 Anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão n.º 2/2015 - Concessão de exploração do direito de exploração das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações	First Rule, S.A.	Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações	15 Anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão n.º 309/2020 - Concessão de direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Mobitectric, Lda	Uso privativo do espaço público	10 Anos	-	-	-	-
Concessão de direito de uso privativo de espaço público n.º 345/2020 - Concessão de direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Galp Power, SA	Uso privativo do espaço público	10 Anos	-	-	-	-

Notas:

- os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município;
- os contratos de concessão celebrados não incorrem em pagamentos ao concessionário.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os bens do ativo fixo tangíveis foram mensurados ao valor de custo. O Município efetua o apuramento das depreciações através do método das quotas constantes (ou da linha reta).

Q.6_5.1 Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	10 697 502,23	20 057,96	0,00	10 677 444,27	8 334 084,35	0,00	0,00	8 334 084,35
Edifícios e outras construções	22 917 297,05	7 190 881,54	0,00	15 726 415,51	22 917 297,05	7 786 089,36	0,00	15 131 207,69
Infraestruturas	46 170 028,09	24 808 265,39	0,00	21 361 762,70	46 170 028,09	27 395 522,37	0,00	18 774 505,72
Patrimônio histórico, artístico e cultural	7 839 035,52	143 165,03	0,00	7 695 870,49	9 672 839,42	391 379,84	0,00	9 281 459,58
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	24 001 877,17	0,00	0,00	24 001 877,17	34 195 037,54	0,00	0,00	34 195 037,54
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	122 922 108,05	0,00	0,00	122 922 108,05	127 530 933,40	0,00	0,00	127 530 933,40
Edifícios e outras construções	315 634 636,29	83 686 464,39	41 456,39	231 906 715,51	325 217 920,74	88 696 598,09	41 456,39	236 479 866,26
Equipamento básico	20 511 537,75	15 474 312,22	0,00	5 037 225,53	27 994 521,35	20 275 699,04	0,00	7 718 822,31
Equipamento de transporte	11 407 415,92	7 668 478,97	0,00	3 738 936,95	15 993 480,23	8 614 370,78	0,00	7 379 109,45
Equipamento administrativo	12 120 237,27	10 574 679,14	0,00	1 545 558,13	14 000 081,71	11 404 485,34	0,00	2 595 596,37
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	17 628 402,69	14 219 840,92	0,00	3 408 561,77	10 048 002,44	8 026 797,87	0,00	2 021 204,57
Ativos fixos tangíveis em curso	23 632 841,38	0,00	0,00	23 632 841,38	29 603 713,68	0,00	0,00	29 603 713,68
Total	635 482 919,41	163 786 145,56	41 456,39	471 655 317,46	671 677 940,00	172 590 942,69	41 456,39	499 045 540,92

Q.7_5.2 Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas impar.	Perdas por imparidade	Amortiz. período		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terenos e recursos naturais	10 677 444,27	258 932,00	-2 511 349,88	0,00	0,00	0,00	20 057,96	-111 000,00	8 334 084,35
Edifícios e outras construções	15 726 415,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-585 207,82	0,00	15 131 207,69
Infraestruturas	21 361 762,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 587 256,98	0,00	18 774 505,72
Património histórico, artístico e cultural	7 695 870,49	189 137,91	1 671 454,34	0,00	0,00	0,00	-248 214,81	-26 788,35	9 281 459,58
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	24 001 877,17	12 515 784,48	-125 152,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 197 471,61	34 195 037,54
Ativos fixos em concessão									
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terenos e recursos naturais	122 922 108,05	2 222 259,50	2 718 208,83	0,00	0,00	0,00	0,00	-331 642,98	127 530 933,40
Edifícios e outras construções	231 906 715,51	8 772 403,43	1 408 260,49	0,00	0,00	0,00	-5 010 133,70	-597 379,47	236 479 866,26
Equipamento básico	5 037 225,53	4 133 062,06	4 759 093,80	0,00	0,00	0,00	-4 801 386,82	-1 409 172,26	7 718 822,31
Equipamento de transporte	3 738 936,95	4 552 153,80	87 829,59	0,00	0,00	0,00	-945 891,81	-53 919,08	7 379 109,45
Equipamento administrativo	1 545 558,13	1 756 165,36	310 369,13	0,00	0,00	0,00	-829 806,20	-186 690,05	2 595 596,37
Equipamentos biológicos	2 568,83	178,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-821,63	0,00	1 926,10
Outros	3 405 992,94	975 931,01	-7 488 225,94	0,00	0,00	0,00	6 193 864,68	-1 068 284,22	2 019 278,47
Ativos fixos tangíveis em curso	23 632 841,38	7 721 459,39	-1 750 587,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 603 713,68
Total:	471 655 317,46	43 097 467,84	-920 099,23	0,00	0,00	0,00	-8 804 797,13	-5 982 348,02	499 045 540,92

Q.8_5.2A Desagregação das adições

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropr.	Doação	Doação em Pagamento	Locação Fin.	Fusão	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	258 932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258 932,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	189 137,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189 137,91
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	12 515 784,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 515 784,48
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	49 650,00	1 400 823,00	0,00	660 966,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110 819,93	2 222 259,50
Edifícios e outras construções	0,00	8 132 500,00	0,00	639 903,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 772 403,43
Equipamento básico	0,00	4 133 062,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 133 062,06
Equipamento de transporte	0,00	4 552 153,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 552 153,80
Equipamento administrativo	0,00	1 756 165,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 756 165,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	976 109,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	976 109,91
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	7 721 459,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 721 459,39
Total	49 650,00	41 636 127,91	0,00	1 300 870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110 819,93	43 097 467,84

Nota:

1. nos “Outros Ativos Fixo Tangíveis, Terrenos e Recursos Naturais” o montante de €110.819,93 classificado em “Outras” corresponde a uma alteração de imóvel no Município;
2. Nas rubricas de “Equipamento básico”, “Equipamento de transporte” e Equipamento administrativo” verificou-se um investimento em cerca de € 16.958, € 25.851 e € 738, respetivamente, totalizando o montante de € 43.546 na empresa Município;
3. Nas rubricas de “Equipamento básico”, “Equipamento administrativo” e “Outros Ativos Fixos Tangíveis” verificou-se um investimento em cerca de € 8.279,24, € 48.020,99 e € 7.866,31, respetivamente, totalizando o montante de € 64.166,54 na empresa Oeiras Viva;
4. Nas rubricas de “Equipamento básico”, “Equipamento de transporte”, “Equipamento administrativo”, “Outros Ativos Fixos Tangíveis” e “Ativos Fixos Tangíveis em curso” verificou-se um investimento em cerca de € 155.193,90, € 3.335,78, € 8.580,02, € 178,90 e € 2.006.929,91, respetivamente, totalizando o montante de € 2.174.218,51 na empresa Parques Tejo. No montante apresentado em “Ativos Fixos Tangíveis em curso”, destaca-se a construção do parque de estacionamento do Parque dos Poetas no montante de € 1.949.293.

Q.9_5.2B Desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a Título Oneroso	Transf. Ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Coesão, Reestrut.	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-111 000,00	-111 000,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	-26 788,35	-26 788,35
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 197 471,61	-2 197 471,61
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-37 464,24	-703,65	0,00	0,00	-293 475,09	-331 642,98
Edifícios e outras construções	-262 411,16	0,00	0,00	0,00	-334 968,31	-597 379,47
Equipamento básico	-1 145,60	0,00	0,00	0,00	-1 408 026,66	-1 409 172,26
Equipamento de transporte	-795,91	0,00	0,00	0,00	-53 123,17	-53 919,08
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-186 690,05	-186 690,05
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 068 284,22	-1 068 284,22
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-301 816,91	-703,65	0,00	0,00	-5 679 827,46	-5 982 348,02

Notas:

1. Nos "Outros Ativos Fixo Tangíveis" os movimentos classificados em "Outras" no total de (-) 5.679.827,46€ correspondem a Abates dos Ativos Fixos Tangíveis no Município;
2. Nas rubricas de "Equipamento básico" e "Equipamento de transporte" procedeu-se à alienação de material informático e de uma viatura da empresa Município, com o valor líquido de € 1.941,51;
3. Nas rubricas de "Equipamento básico" procedeu-se a abates no montante de € 21.206,40 em ativos totalmente amortizados da empresa Parques Tejo;

Nota 6 – Locações

Q.10_6.2 Locações operacionais - Locatário

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes					
LOCAÇÃO DE 8 VIATURAS DE 3,500 KG DE CABINE DUPLA PARA RECOLHA DE MONOS VERDES, EM REGIME OAV (C.NOT.20/16)(PROC.1210/DCP/15)	295 207,58	59 041,56	0,00	225 214,95	0,00	59 041,52	0,00	0,00	59 041,52	69 992,63
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 1 (C.NOT. 323/15)(PROC. 434/15/DCP)	33 198,87	7 193,03	0,00	30 524,29	0,00	6 639,77	2 213,27	0,00	8 853,04	2 674,58
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 2 (C.NOT. 323/15)(PROC. 434/15/DCP)	167 109,59	36 207,08	0,00	156 433,19	0,00	33 421,92	11 140,63	0,00	44 562,55	10 676,40
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 3 (C.NOT. 323/15)(PROC. 434/15/DCP)	301 896,18	65 410,80	0,00	281 769,60	0,00	60 379,24	20 126,40	0,00	80 505,64	20 126,58
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 4 (C.NOT. 348/15)(PROC. 434/15/DCP)	592 721,50	105 647,19	0,00	543 527,98	0,00	118 544,30	39 514,77	0,00	158 059,07	49 193,52
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 5 (C.NOT. 348/15)(PROC. 434/15/DCP)	792 620,47	142 348,14	0,00	737 622,29	0,00	158 524,10	52 841,34	0,00	211 365,44	54 998,18
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 6 (C.NOT. 329/15)(PROC. 434/15/DCP)	102 620,37	20 524,08	0,00	94 989,06	0,00	20 524,07	6 841,37	0,00	27 365,44	7 631,31
LOCAÇÃO POR DIVISÃO EM LOTES, DE 116 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS, EM REGIME DE AOV - LOTE 7 (C.NOT. 329/15)(PROC. 434/15/DCP)	71 783,09	14 356,56	0,00	67 318,38	0,00	14 356,62	4 785,53	0,00	19 142,15	4 464,71
Locação, por divisão em lotes, de 10 Viaturas Ligeiras de Passageiros e Mercadorias, em regime de AOV - Lote 1 (CN 301/2017)(P.720/DCP/2017)	16 441,33	4 079,63	0,00	13 598,67	0,00	4 079,58	2 842,73	0,00	6 922,31	2 842,66
Locação, por divisão em lotes, de 10 Viaturas Ligeiras de Passageiros e Mercadorias, em regime de AOV - Lote 2 (CN 301/2017)(P.720/DCP/2017)	80 463,04	20 023,54	0,00	66 077,21	0,00	20 023,51	13 718,01	0,00	33 741,52	14 385,83
Locação, por divisão em lotes, de 10 Viaturas Ligeiras de Passageiros e Mercadorias, em regime de AOV - Lote 3 (CN 301/2017)(P.720/DCP/2017)	35 367,16	8 749,57	0,00	29 165,17	0,00	8 749,54	6 202,03	0,00	14 951,57	6 201,99
Locação, por divisão em lotes, de 10 Viaturas Ligeiras de Passageiros e Mercadorias, em regime de AOV - Lote 4 (CN 301/2017)(P.720/DCP/2017)	61 663,68	15 323,62	0,00	51 076,09	0,00	15 323,67	10 584,78	0,00	25 908,45	10 587,59
Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 1 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	60 725,08	12 120,37	0,00	22 545,37	0,00	12 120,42	37 494,28	0,00	49 614,70	38 179,71
Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 3 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	144 803,33	28 763,88	0,00	53 506,74	0,00	28 763,87	89 672,58	0,00	118 436,45	91 296,59
Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 4 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	19 819,45	3 939,26	0,00	5 724,57	0,00	3 939,29	12 269,14	0,00	16 208,43	14 094,88
Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 5 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	25 395,08	5 054,48	0,00	9 399,64	0,00	5 054,42	15 707,44	0,00	20 761,86	15 995,44
Locação de 4 (quatro) viaturas ligeiras de passageiros a gásóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 1 (CN 82/20)(P. 2471/DCP/2019 Edoc. 300.10.005/2019/2471)	103 335,60	17 726,59	0,00	17 726,59	0,00	19 144,80	84 190,80	0,00	103 335,60	85 609,01
Locação de 1 (uma) viatura ligeira de passageiros a gásóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 2 (CN 82/20)(P. 2471/DCP/2019 Edoc. 300.10.005/2019/2471)	32 822,70	5 178,85	0,00	5 178,85	0,00	6 096,60	26 726,10	0,00	32 822,70	27 643,85
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 1.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	88 171,71	13 263,32	0,00	13 263,32	0,00	14 490,28	73 681,43	0,00	88 171,71	74 908,39
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 2.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	185 798,28	19 581,60	0,00	19 581,60	0,00	30 351,38	155 446,90	0,00	185 798,28	166 216,68
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 3.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	46 497,39	4 900,55	0,00	4 900,55	0,00	7 595,82	38 901,57	0,00	46 497,39	41 596,84
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 5.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	157 056,96	17 075,29	0,00	17 075,29	0,00	25 509,91	131 547,07	0,00	157 056,98	139 981,67
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 6.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	53 741,71	8 057,82	0,00	8 057,82	0,00	8 803,22	44 938,50	0,00	53 741,72	45 683,89
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 8.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	157 474,20	18 712,44	0,00	18 712,44	0,00	20 791,56	136 682,64	0,00	157 474,20	138 761,76
Finlog Parques Tejo	30 043,43	3 563,20		30 043,43						0,00
Leaseplan Parques Tejo	30 426,75	16 582,01		23 753,93		6 672,83				6 672,83
Europcar Parques Tejo	1 755,10	1 755,10		1 755,10						0,00
ALD Automotive Parques Tejo	39 970,46	19 296,76		32 642,14		4 121,58				7 328,32
Outros Parques Tejo	9 701,00	9 701,00		9 701,00						0,00
Total:	3 738 631,09	704 177,32	0,00	1 634 227,60	0,00	713 063,82	1 018 069,31	0,00	1 720 338,72	2 104 403,49

Locações financeiras

Locações Financeiras consolidadas										
Rúbricas	Quantia escriturada Líquida	Pagamentos efetuados acumulados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente futuros pag. Mínimos	Rendas contingentes registadas como gasto do período	
		Período: 2020		Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos			Total
		Capital	Juros	Capital	Juros					
Equipamento de transporte	21 003,66	4 609,92	1 205,07	4 609,92	1 205,07	7 753,31	18 716,83	26 470,14	26 190,55	

Nota: a locação financeira, no quadro supra, refere-se à empresa Município.

Nota 7 – Custos de Empréstimos Obtidos

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Ano: 2020

Período: Prestação de Contas

Município de Oeiras

Entidade (designação da autarquia local)	Data do Contrato	Data de visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano		Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro de Dezembro	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros			Total
Investimento PER - Programa Especial de Resgateamento - AIT DUAA 1232016	1996-04-18	1996-03-29	316	1.323.503,36	1.323.500,36	0,00113	0,00062	1.321.341,05	52.917,20	1.374.258,25	58.273,98	613,41	58.887,40	0,00	116.953,33
Investimento Habitação Social da Quinta da Pedreira - AIT DUAA 1232016	1996-01-16	1996-01-03	330	4.377.714,70	4.377.714,70	0,00653	0,00039	3.921.493,53	367.039,31	4.288.531,84	223.247,54	3.172,03	226.419,57	0,00	866.026,41
66 Fogos da Ribeira da Lage - PER (DL 10330) - AIT DUAA 1232016	1996-04-13	1996-03-11	316	877.185,98	877.185,98	0,00610	0,00062	799.686,19	45.002,90	844.689,09	38.255,36	1.055,40	39.310,76	0,00	193.304,45
40 Fogos do Bairro Bento Jesus Canaço - PER (DL 10330) - AIT DUAA 1232016	1996-04-13	1996-03-11	306	621.532,11	621.532,11	0,00526	0,00062	566.142,90	29.588,53	595.731,43	27.334,83	603,23	27.938,06	0,00	110.274,75
64 Fogos Lavínias Casais - PER (DL 10330) - AIT DUAA 1232016	1996-12-04	1996-11-11	300	1.192.007,26	1.192.007,26	0,00485	0,00015	1.068.550,44	43.464,77	1.112.015,21	51.291,08	311,19	51.602,27	0,00	205.663,39
80 Fogos na Paróquia de Carmoide - Plano das Cavaleiras - AIT DUAA 1232016	1999-08-16	1999-05-10	300	1.547.864,60	1.547.864,60	0,00400	0,00015	1.300.547,60	59.465,23	1.359.012,83	66.492,07	453,42	66.945,49	0,00	299.646,52
303 Fogos da Paróquia de Carmoide - AIT DUAA 1232016	2000-01-12	1999-12-23	240	5.881.086,59	5.881.086,59	0,00075	0,00000	6.390.288,30	164.934,48	6.547.222,78	170.412,70	4,15	170.416,85	0,00	170.412,70
417 Fogos de Talside - AIT DUAA 1232016	2000-03-29	2000-02-24	241	8.425.424,73	8.425.424,73	0,00078	0,00043	9.108.603,15	360.194,93	9.468.808,08	230.740,45	478,11	231.218,56	0,00	230.740,45
Intempéries (Novembro de 2001) - AIT DUAA 1232016	2001-12-18	2002-03-01	240	1.244.034,26	1.244.034,26	0,00182	0,00027	1.343.543,48	68.038,49	1.331.582,97	78.920,64	366,36	79.287,00	0,00	158.093,37
167 Fogos do Alto das Barronhas - AIT DUAA 1232016	2002-01-28	2001-12-20	300	3.958.712,00	3.958.712,00	0,00098	0,00015	2.781.151,15	152.364,93	2.933.516,08	150.743,30	1.686,41	152.429,71	0,00	1.115.901,22
BUDCA - Parque das Póvoas, Compl. Soc. Ribeira Lage, Il. Carmoide, Il. Casal das Chouças, A. Ourens/Póvoas - AIT DUAA 1232016	2002-12-18	2002-12-27	240	2.748.013,02	2.748.013,02	0,00030	0,00062	2.800.653,17	477.018,10	2.977.671,27	178.392,11	3.087,31	179.479,42	0,00	532.546,01
282 Fogos do Plano das Cavaleiras - Ourens - AIT DUAA 1232016	2006-05-07	2006-05-07	306	6.461.393,60	6.461.393,60	0,00132	0,00000	3.337.886,98	152.293,06	3.490.180,04	282.792,74	8,30	282.801,04	0,00	3.679.098,40
165 Fogos do Alto das Barronhas - AIT DUAA 1232016	2006-10-13	2006-05-07	300	3.850.905,00	3.850.905,00	0,00132	0,00000	2.001.906,68	92.648,78	2.094.555,42	157.660,36	8,30	157.674,66	0,00	2.207.205,06
Construção de 4 Unidades Residenciais Centro de Apoio à 3ª Hab. Bº S. Marcel - AIT DUAA 1232016	2006-07-26	2006-10-23	304	798.395,00	798.395,00	0,00226	0,00000	402.210,38	23.881,78	426.092,16	31.804,84	386,04	32.173,88	0,00	447.662,97
32 Fogos Urbanização Rio das Barronhas - AIT DUAA 1232016	2006-10-06	2006-10-23	302	888.507,00	888.507,00	0,00241	0,00007	463.427,72	28.661,26	492.088,98	36.654,54	414,98	36.969,52	0,00	504.660,37
18 Fogos do Alto da Ferragem - AIT DUAA 1232016	2006-06-19	2002-06-19	305	338.960,36	338.960,36	0,00054	0,00014	301.127,38	9.347,48	310.474,86	5.757,11	76,34	5.833,45	0,00	46.303,43
Proj. Investimento - 4 Escolas, Centro de Saúde e C. Desportivo - AIT DUAA 1232016	2010-04-01	2010-06-02	240	4.444.953,00	4.444.953,00	0,00263	0,00263	4.444.353,00	479.376,61	4.923.729,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71 Fogos do Bairro da Póvoa - Bº 1027	1999-09-23	1999-12-02	247	1.260.223,36	1.260.223,36	0,00067	0,00000	1.348.156,67	23.576,60	1.371.733,27	29.304,13	0,00	29.304,13	0,00	29.304,13
180 Fogos Monte das Ribeas - Novo Banco, S.A.	1999-09-27	1999-12-23	247	3.627.888,79	3.627.888,79	0,00115	0,00133	3.920.106,98	81.993,97	4.002.100,95	57.480,48	12,18	57.492,66	0,00	57.492,66
Total				53.566.483,72	53.566.483,36			47.311.654,73	2.648.971,93	49.960.626,66	1.892.618,07	12.657,16	1.905.275,23	0,00	11.962.215,44
															9.178.937,37

Notas:

1. os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município;

2. No que se refere à Município, verifica-se, à data do relato, a utilização no montante de € 550.000 em contas correntes caucionadas e € 555.426,34 em empréstimos bancários, tendo sido gerados encargos financeiros no montante de € 16.203,64.

Nota 8 – Propriedades de investimento

Todos os bens de propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Q. 1 – 8.2 - Propriedades de Investimento – modelo do custo

Propriedades de Investimento Consolidadas- Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações Período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	3 715 807,94	0,00	30 922,50	0,00	0,00	0,00	0,00	3 746 730,44
Edifícios e outras construções	15 192 253,24	0,00	234 807,51	-254 584,95	0,00	0,00	0,00	15 172 475,80
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	18 908 061,18	0,00	265 730,01	-254 584,95	0,00	0,00	0,00	18 919 206,24

Nota: os valores apresentados referem-se apenas ao Município.

Nota 9 – Imparidades de ativos

Os benefícios económicos ou potencial de serviço que um ativo vai proporcionando, vai reduzindo em função do seu uso estimado. A redução é reconhecida pelas depreciações e amortizações, caso exista qualquer perda adicional é classificada como uma perda por imparidade.

Q. 2_ 9.1 Imparidades de Ativos

Imparidade de Ativos Consolidado				
Classes	Quantia Bruta	Perda por Imparidades Acumuladas	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	8 043 157,53	556 344,06	0,00	7 486 813,47
Cilientes, contribuintes e utentes	8 689 481,67	6 722 218,80	1 484 708,25	4 164 099,72
Fornecedores	1 357 265,79	0,00	0,00	1 357 265,79
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	4 427 231,40	0,00	0,00	4 427 231,40
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 274 675,68	0,00	0,00	2 274 675,68
Produtos acabados e intermédios	412 140,61	0,00	0,00	412 140,61
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	52 951,50	0,00	0,00	52 951,50
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	93 260 162,63	76 687,69	51 526,04	93 235 000,98
Propriedades de Investimento	18 919 206,24	0,00	0,00	18 919 206,24
Ativos fixos tangíveis	429 068 211,28	0,00	0,00	429 068 211,28
Ativos intangíveis	1 016 653,92	0,00	0,00	1 016 653,92
Investimentos em curso	63 413 508,44	0,00	0,00	63 413 508,44
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	630 934 646,69	7 355 250,55	1 538 234,29	625 827 759,03

Notas:

1. Referentes ao Município:

- a. Nos Devedores e Credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados encontram-se reconhecidos, em “Perdas por imparidades acumuladas”, os suprimentos relativos à EIA no montante de 556.344,06€, objeto de correção quanto à classificação da conta;
- b. Nos Clientes, contribuintes e utentes procedeu-se à correção das perdas por imparidades acima referidas revertendo-a da conta de Clientes para Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, no montante de 556.344,06€. Foi corrigida a classificação de perdas por imparidades da conta de Clientes para a conta de Contribuintes, no montante de 420.048,99€, e entre Clientes no montante de 124.231,13€, relativamente ao processo da empresa municipal LEMO. Foi ainda efetuada uma regularização no período de perdas por imparidades, por reversão na dívida de cobrança duvidosa, no montante 374.972,34€;
- c. Nos Investimentos financeiros procedeu-se à reversão da imparidade da Oeiras Expo, no montante de 49.000,00€ e também a uma reversão parcial da imparidade da EIA no montante de 2.526,04€.

2. Referentes à empresa Município:

- a. As perdas por imparidades em Clientes foram de € 23.975,90 e as reversões foram de € 9.111,73. Em termos líquidos, resultou num aumento do valor das imparidades em Clientes no montante de € 14.864,17.

Nota 10 – Inventários

Apresenta-se no quadro seguinte a quantia escriturada no início do período, bem como as variações ocorridas, sendo apurado a quantia escriturada final.

Q. 3_10.2 Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações							Quantia Escriturada Final (9)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos Inventários (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de Inventários (7)	Outros aumentos de (8)	
Mercadorias	7 798,70	178 798,45	179 461,18	0,00	0,00	0,00	0,00	184,87	7 320,84
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 689 183,62	2 359 609,42	1 786 330,05	30 746,31			1 276 752,24	1 258 218,62	2 274 675,68
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 696 982,32	2 538 407,87	1 965 791,23	30 746,31	0,00	0,00	1 276 752,24	1 258 403,49	2 281 996,52

Nota: as variações na rubrica de “Mercadorias” referem-se à empresa Oeiras Viva.

Nota 11 – Agricultura

De acordo com a NCP 11, foi reconhecido como ativo biológico o conjunto de videiras na posse do Município, que é utilizado para a produção de vinho da região, no montante de € 52.951,50.

Em inventários, foi reconhecida a produção de vinho do ano, no montante de € 412.140,61, ficando a restante produção, relativa aos anos anteriores a ser reconhecida, uma vez que deverá ser efetuado o levantamento junto do INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária).

Q. 4 - Reconhecimento de acordo com a NCP 11 – Agricultura

		Quantidade		Valor de referência	Quantia Escriturada	Conta	Observações
Ativos biológicos	Videiras	43050	Un.	1,23	52 951,50	3722	O valor de referência utilizado é o valor de mercado, não tendo sido identificado pelo responsável da vinha qualquer ajuste de justo valor devido à maturidade das plantas. O número de plantas a 01/01/2020, para efeitos de reconhecimento foi identificado pelo mesmo responsável.
Produtos Agrícolas	Vinho	46781	l	8,81	412 140,61	341	De acordo com o relatório de de atividades de 2020 do Projeto da Vinha e do Vinho, foi identificado o valor de referência por litro de vinho produzido sem custos de engarrafamento e de colocação de mercado.

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Q. 5 _ 11.1 Agricultura (variações)

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Variações no justo valor	Quantia escriturada final
		Compra	Transação sem contraprestação	Outros aumentos	Total aumentos	Venda	Transação sem contraprestação	Outras diminuições	Total diminuições		
Animais de produção duradoura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Animais consumíveis para venda com contraprestação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Animais consumíveis para alienação sem contraprestação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plantas de produção duradoura	52 951,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 951,50
Plantas consumíveis para venda com contraprestação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos agrícolas no ponto de colheita	0,00	0,00	0,00	412 140,61	412 140,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412 140,61

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação

O rendimento de transações com contraprestação resulta de transações ocorridas durante o período de relato em que a entidade recebe como contrapartida da venda de um bem ou da prestação de um serviço uma determinada quantia, e ainda recebimentos de outras entidades públicas ou do resultado de juros, royalties e dividendos.

Apresenta-se no quadro seguinte a informação referente ao ano de 2020:

Q. 6_13. Movimentos de transações com contraprestação

Rubricas	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas, multas e outras penalidades	1 243 078,79	0,00	89 501,29	218 613,62	0,00
Taxas específicas das autarquias locais	1 243 078,79	0,00	89 501,29	218 613,62	0,00
Vendas	169 788,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	169 788,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	13 888 417,24	0,00	4 851 020,82	4 815 599,44	0,00
Serviços específicos das autarquias locais	12 526 993,29	0,00	4 075 613,62	3 876 316,37	0,00
Arrendamento	1 357 412,75	0,00	645 385,71	810 281,25	0,00
Outros serviços	4 011,20	0,00	130 021,49	129 001,82	0,00
Variações nos Inventários da Produção					
Outros rendimentos	23 072 904,91	0,00	354 417,78	13 001 864,12	0,00
Ganhos em inventários	1 258 218,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	19 973 951,12	0,00	35 540,96	12 686 479,21	0,00
Outros rendimentos do Estado	590 117,16	0,00	318 876,82	315 384,91	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 219 686,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros não especificados	30 931,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	247 914,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	247 914,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	38 622 103,52	0,00	5 294 939,89	18 036 077,18	0,00

Notas:

- os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município;
- O valor inscrito na rubrica de Rendimentos em Investimentos Não Financeiros no montante de 12,0 milhões de euros como quantia por receber no final do período, corresponde à parcela da venda do terreno sito no Espargal.

Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação

O rendimento de transações sem contraprestação resulta de transações ocorridas durante o período de relato em que a entidade recebe uma quantia sem que haja uma prestação de serviço ou entrega de bem como contrapartida. Enquadra-se nestes rendimentos os impostos, benefícios económicos pagos resultantes de disposições legais, e as transferências, consideradas influxos de benefícios económicos futuros.

.Q. 7_14.1 Rendimentos sem contraprestação

Rubricas	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Patrimônio líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	62 300 937,33	0,00	1 638 883,53	1 686 118,51	0,00
Derrama	18 760 184,52	0,00	353 483,76	383 405,42	0,00
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	31 095 551,09	0,00	319 186,48	282 268,84	0,00
Imposto Único de Circulação	12 443 446,88	0,00	966 213,29	1 020 444,25	0,00
Outros	1 754,84	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos	32 505 672,12	0,00	4 613 242,42	3 895 990,73	0,00
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	4 057 215,49	0,00	601 087,58	622 391,10	0,00
Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT)	28 448 456,63	0,00	4 012 154,84	3 273 599,63	0,00
Taxas, Multas e outras penalidades	412 021,18	0,00	7 996,47	6 995,17	0,00
Multas e Outras Penalidades	412 021,18	0,00	7 996,47	6 995,17	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	34 801 366,46	0,00	128 150,11	597 209,11	0,00
Estado	34 424 619,89	0,00	0,00	469 059,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	356 374,11	0,00	30 157,27	30 157,27	0,00
Sociedades e quase sociedades financeiras	20 372,46	0,00	97 992,84	97 992,84	0,00
Reversões	499 375,67	0,00	5 752 942,16	4 861 117,78	0,00
De depreciações e de amortizações	172,20	0,00	0,00	0,00	0,00
De perdas por imparidade	499 203,47	0,00	5 752 942,16	4 861 117,78	0,00
Total	130 519 372,76	0,00	12 141 214,69	11 047 431,30	0,00

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No que se refere à Provisão, deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Não são objeto de reconhecimento como provisões, os processos em que exista incerteza de que o Município irá ser condenado, ou em que o montante a pagar seja incerto e difícil de estimar com fiabilidade (mesmo que neste

caso exista certeza de que o Município irá ser condenado). As situações que não reúnem as condições para serem provisionadas, constituem passivos contingentes. No quadro infra são registadas as provisões registadas de acordo com as suas naturezas, bem como as variações ocorridas no período de relato.

Q. 8_15.1 Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada Inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00				0,00				0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00				0,00				0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1 637 096,91				0,00		1 006 005,19		1 006 005,19	631 091,72
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00				0,00				0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00				0,00				0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00				0,00				0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00				0,00				0,00	0,00
Outras provisões	1 609 074,48			147 397	147 397,00		1602184,22		1 602 184,22	154 287,26
(...)	0,00				0,00				0,00	0,00
Total	3 246 171,39	0,00	0,00	147 397,00	147 397,00	0,00	2 608 189,41	0,00	2 608 189,41	785 378,98

Notas:

1. Referentes ao Município:

- a. Nos “Processos Judiciais em Curso” foi revertida a provisão, essencialmente, de processos concluídos;
- b. Procedeu-se à reversão da provisão referente às responsabilidades decorrentes do desmantelamento do Sistema Automático Transporte Urbano (SATU), no montante indicado em Outras Provisões.

2. Referentes à Município:

- a. O montante registado na coluna “5 – Outros aumentos”, de € 147.397, refere-se ao aumento de provisão decorrente de variações cambiais por desvalorização da moeda de Moçambique (metical).

No quadro infra são detalhadas as responsabilidades contingentes de acordo com os processos judiciais em curso, independentemente da constituição da provisão.

MUNICÍPIO DE OEIRAS						
Período de Relatório de 01-01-2020 a 31-12-2020						
Conta	Designação	Nº Processo	Parte contratária	Objecto	Probabilidade	Montante
091	Responsabilidades contingentes					6 830 510,28
0911	Processos Judiciais em curso					6 830 510,28
0911300135	Promorail - Tecnologias de Caminhos de Ferro, S.A.	1111708.0BESNT	PROMORAIL	Pagamento de prejuízos decorrentes do prolongamento da empreitada para a concepção e construção das bancadas do Estado Municipal de Oeiras	Sentença de 1ª instância que julgou improcedente a quase totalidade dos pedidos da autora, com excepção do pedido de liquidação de aplicação de multa contratual no valor de € 672,973,00 e de algumas reclamações quanto ao auto 27 de 2019, que foram julgadas improcedentes. Os pedidos reconventionais de indemnização formulados pelo atraso na conclusão da obra. Decisão objecto de recurso.	1 451 822,34
0911400000	Mapfre Seguros Gerais, S.A.	1087/18.6BESNT	MAPFRE	Processo acidente 187/15	Aguarda Julgamento.	1 875,18
0911400040	Lusitânia - Companhia de Seguros, SA	279/20.1BESNT	LUSITANIA Seguros	Resp civil extracontratual PA.24/2019	Aguarda Julgamento	3 338,00
0911500515	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação	085/13/12	GERTAL	Requer o pagamento de facturas e notas de débito referente a serviços prestados em execução do Contrato de Prestação de Serviços 58/2002	Sentença condenatória em sede de 1ª instância. Aguarda-se decisão do recurso interposto no TCA.SUL. Possibilidade de Acórdão ainda este ano.	53 137,69
0911502339	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	550/19.5BESNT	FIDELIDADE	Processo Acidente 107/16	Aguarda Julgamento	4 817,16
0911503675	Município Indiferenciado	104/20.3BESNT	Joana Figueiredo Mendonça	Processo Acidente 165/2017	Aguarda Julgamento	35 693,11
0911920010	Diana Soromenho Lopes	5748/17.180ER	Diana Soromenho Lopes	Acidente ocorrido com a Município.	Baixo à 1 instância. Aguarda Julgamento	24 000,00
0911930086	Clube Português de Artes e Idiomas	22749/15.318SNT	Clube Português de Artes e Idiomas	Utilização de espaço municipal sito na Fábrica da Pólvora.	Sentença parcialmente procedente que remete pela liquidação da sentença o cálculo do valor a pagar. Aguarda trânsito em julgado.	250 000,00
0911971003	Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas S.A.	786/12.0BESNT	LISGRAFICA	Pedido de isenção da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos e a devolução das quantias cobradas desde Janeiro de 2003 até à data de 11 de Junho de 2012, no montante de € 70 026,63, a Associação de Juristas Gráficas.	Possibilidade de sentença este ano. Possibilidade de recurso caso seja desfavorável.	79 038,43
0911971891	Generall Seguros, S.A.	131/18.4BESNT	Generall/ Seguradora UNIDAS (entidade é a mesma)	Processo Acidente 161/2016; Resp Civil extracontratual PA 82/2018	Aguarda Julgamento.	12 631,91
0911980765	FOSC - Falal Obras Soc. de Construções, Lda.	421/18.2BESNT	FOSC	Multa Contratual	Aguarda Julgamento.	26 491,53
0911981712	Boaventura Afonso - Estudos, Projectos e Consultoria A	81112/19.9Y1PRT	Boaventura Afonso	Injunção - projecto execução reabilitação Passeio Vitorino Menésio	Aguarda Julgamento	7 425,47
0911982154	24 Julho - Relações Públicas, S.A.	45900/18.7Y1PRT	24 de Julho	Pagamento de fatura	Deduzida oposição à injunção.	5 175,74
0911988952	Alvaro Espírito Santo Nascimento	237/19.6BESNT	Alvaro Espírito Santo Nascimento	Processo de acidente 47/2017	Aguarda Julgamento	10 220,51
0911988953	Américo Rosa Pereira Fragoço	440/08.7BESNT	Américo Rosa Fragoço	Demolição de edifício sito na Quinta da Gandarela, em Carnaxide.	Notificados da sentença em Setembro 2014. Condenados ao pagamento de € 3500, num pedido inicial de €369.500,00. A decisão foi objecto de recurso por parte do autor do processo. Pode ter decisão transitada em julgado este ano.	3 500,00
0911988954	Horacio Augusto Sobreira	936/13.9BESNT	Horácio Augusto Sobreira	Concessão para exploração do Palácio Ribamar.	Após decisão do TCA SUL o processo baixou à 1.ª instância para determinação do montante indemnizatório a pagar pelo Município	1 507 235,16
0911988955	Altanance - Actividades Imobiliárias, Unipessoal, Lda.	477/15.2BESNT	Iris Filipe / Altanance	Ação de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Sobeiro Pereira Gomes Lote 59 - Já foi depositado o título de caução o valor 22.611,00. Se a acção proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é do doador.	Aguarda sentença	22 611,00
0911988956	Rui Manuel Oliveira Leitão	494/19.0BESNT	Rui Manuel Leitão	Processo Acidente 107/16	Aguarda Julgamento	7 000,00
0911988957	2 PI - Projectos e Promoção de Investimento Imobiliário	963/19.2BESNT	2 PI Projectos e Inv.	Condenação à devolução caução acrescida juros	Aguarda Julgamento	6 667,01
0911988958	Agência de Viagens Presidencial Tours A.T.C. Gilfo & Fil	71/18.3BESNT	Agência de Viagens Presidencial	Processo de acidente 165/2015	Aguarda Julgamento.	7 937,47
0911988997	Adelaide de Jesus Alves Paulo	893/18.5BESNT	Adelaide Jesus Paulo	Processo de acidente administrativo	Aguarda Julgamento.	150,00
0911988998	Adm Cond Avenida da República, 32 - C	1178/16.7BESNT	Administração Condomínio	Pedido de indemnização por infiltrações	Aguarda Julgamento.	35 319,92
0911989001	Antonio Alberto Ricardo Junior	343/17.818CS	Antonio Alberto Junior	Processo de acidente 142/2016	Aguarda Julgamento. Foi ordenada a remessa dos autos para o TAFSinha em Outubro 2019.	290 523,77
0911989004	Jorge Manuel Gameiro Valente	19661/17.578SNT	Jorge Gameiro Valente	Processo de Notificação 260/2008. Terrenos sitos na Rua Egas Moniz em Barcarena.	Aguarda Julgamento.	3 698,88
0911989009	Maria Fernanda de Almeida Diniz de Carvalho	1283/06.3BESNT	Maria Fernanda Almeida	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de € 20500, a título de indemnização, por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	20 500,00
0911989010	Associação Oeiras Merece Mais	887/06.3BESNT	Associação Oeiras Merece Mais	SATU Oeiras	Aguarda sentença em 1ª instância.	2 959 700,00

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

No quadro infra são identificadas as cauções não pecuniárias que concorrem como ativos contingentes.

MUNICÍPIO DE OEIRAS		
Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020		
Conta	Designação	Montante
092	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas	12 798 619,13
0921	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas -	18 937 189,55
09211	Cauções /Garantias - Prestadas por Fornecedores	6 273 605,64
09211233299	Auto Sueco Portugal - Veículos Pesados,sa	70 685,00
09211300043	C.M.E. - Construções e Manutenção Electromecânica, S	91 718,25
09211300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia, S.A.	4 750,00
09211400009	Sgald Automotive Sociedade Geral de Comércio e Alugu	21 221,04
09211400010	Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis, SA.	74 489,03
09211500019	Nors, SA	17 500,00
09211500047	AIRC - Associação Informática da Região Centro	16 000,00
09211500057	Algeco - Construções Pré-Fabricadas, SA	11 468,30
09211500198	Contenur Portugal, S.A.	24 231,05
09211500389	Barraqueiro Transportes SA	34 000,00
09211500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação d	42 187,84
09211500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários,	23 243,58
09211500515	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentaça	60 000,00
09211500682	Lease Plan Portugal Comércio e Aluguer Automóvel e E	23 358,52
09211500743	Makro - Cash & Carry Portugal, SA	1 410,00
09211500833	Municipia, S.A.	17 300,00
09211500932	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	18 313,01
09211501018	Resopre, S.A.	11 288,75
09211501081	Toyota Caetano Portugal, S.A.	10 462,50
09211501122	Repsol Portuguesa SA	78 925,62
09211501220	Vodafone Portugal, SA	44 335,11
09211501338	VP Dois - Vestuário Profissional Protecção, Lda	34 875,00
09211501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	154 128,89
09211501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	14 100,00
09211501762	Man Truck & Bus Portugal, Soc. Unipessoal, Lda	102 375,00
09211501926	Pingo Doce - Distribuição Alimentar SA	24 930,08
09211501940	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.	40 337,68
09211502339	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	118 500,00
09211503194	Nautilus SA	13 569,96
09211503713	Cilnet - Comunicações e Projetos Especiais,S.A.	10 823,30
09211503832	Flora Garden - Projectos Silvicultura e Jardinagem, Unip	22 500,00
09211503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA.	293 471,93
09211504268	Evobus Portugal, S.A.	12 497,60
09211504562	Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal	13 520,86
09211504778	Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, SA	14 250,00
09211505379	Sogapal - Sociedade Grafica da Paiã, S.A.	10 100,65

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020

Conta	Designação	Montante
09211505396	Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resí	218 206,31
09211975938	Carlos Oliveira Caseiro - Manut. de Fontes Luminosas,	40 366,22
09211976129	CARCLASSE- Comércio de Automóveis, S.A.	51 186,00
09211976240	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	1 293 217,95
09211976364	Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Co	330,00
09211977216	TecnoGraffiti - Tecnologias de Remoção de Graffitis, Lda	6 825,00
09211977314	BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes	231 137,95
09211977357	Sítios & Formas- Projec. e Consultoria Unipessoal Lda	17 000,00
09211977584	Ovo Solutions - Soluções Ambientais, SA	29 812,50
09211977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	27 246,60
09211978366	ITEN Solutions - Sistemas Informação, SA	190 620,62
09211978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda.	18 856,36
09211978792	NOS Comunicações, SA	28 132,10
09211978839	NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	30 975,00
09211978879	Federação Portuguesa de Futebol	1 373 983,95
09211979789	Perene, S.A.	199 368,13
09211979859	Wellgreen Unipessoal, Lda.	10 125,00
09211979972	Soma - Environmental Solutions, Lda.	19 650,00
09211980156	Ferrovia Serviços, S.A.	170 664,64
09211980408	Food4Kings, S.A.	13 027,50
09211980968	Hidurbe - Gestão de Resíduos, SA.	320 337,52
09211981028	FCC Environment Portugal, SA	166 775,77
09211981175	M. L. Moita - Sociedade Geral de Construção Civil, Lda	3 300,00
09211982003	Atacadista Distribuição Alimentar S.A.	4 776,61
09211982118	Naípe D'Emoções - Restauração e Gestão de Espaços	3 750,00
09211982210	GestyRest - Restauração Gestão Alimentar e Serviços d	16 500,00
09211982774	Alarmiberica Internacional, SA	11 076,75
09211982817	2045-Gália Serviços de Vigilância e Segurança, A.C.E.	70 267,29
09211982831	Mofil. Environment Equipment, Lda.	11 680,00
09211982955	Rui Francisco de Brion Ramirez Sanches	14 500,00
09211985339	Maxifardas - Vestuário Para Trabalho, Lda.	11 475,70
09211986375	Meristema, SA	10 500,00
09211986383	Sotécnica - Sociedade Electrotécnica, S.A.	4 881,86
09211987102	Vale do Ave - Transportes, Lda	12 375,00
09211987494	Visacção - Segurança Privada, SA	16 829,61
09211987560	Iveco Portugal, SA	11 000,00
09211987618	Justacolina - Serviços de Silvicultura e Exploração Flor	28 699,15
09211988593	Enser - Fomento de Atividades Económicas, Lda.	7 280,00
09212	Cauções/Garantias - Prestadas por Fornecedores de imobilizado	12 663 583,91
09212131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda.	30 349,50
09212214308	Lenaconstroi - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	7 089,63
09212215888	CAPEX - Engenharia Unipessoal, Lda.	7 475,00
09212218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LD	9 821,91
09212223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verde	13 148,15
09212227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	16 364,00
09212300005	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, Lda.	1 048,61
09212300014	Quinagre Construções S.A.	101 284,11
09212300016	Luis Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	20 338,80
09212300021	Sociedade Industrial de Empreitadas Construções Va	18,08
09212300022	Socijoba, Lda.	1 201,40
09212300034	Armando Cunha S.A.	260 113,29
09212300035	António Filipe Teodósio & Companhia Lda.	7 781,75
09212300041	Alves Ribeiro, S.A.	1 876 711,20
09212300043	CME - Construções e Manutenção Electromecânica, S.	2 497,49
09212300048	Comprojecto - Projectos e Construções, Lda	16 826,56
09212300049	Canas Correia, S.A.	224 426,20
09212300051	Copi - Construções Civas Obras Públicas e Industri	736,32
09212300052	CJG - Construções, Lda.	49 547,06

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020

Conta	Designação	Montante
09212300055	Alvenobra - Sociedade de Construções, Lda.	248,20
09212300060	Edisserra - Construções, S.A.	20 071,52
09212300064	Guedol Engenharia, Lda.	62 800,00
09212300069	Jocartécnica - Engenharia e Construção, S.A.	10 348,12
09212300070	Tecnovia Sociedade de Empreitadas Sa	917 773,98
09212300072	Oliveiras, S.A.	58 707,75
09212300083	Tomas de Oliveira - Empreiteiros, S.A.	70 536,12
09212300084	Polioobra - Construções Cívicas, Lda.	56,19
09212300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	33 300,00
09212300086	Silva Brandão & Filhos, Lda.	18 539,78
09212300087	A. M. Rato Varanda, Lda.	14 922,63
09212300093	Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.,	534 359,65
09212300094	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	141 840,06
09212300108	Monumenta-conserv.restauropatrimónio Arquitectónico	52 463,11
09212300110	Flores & Gomes, Construções e Obras, Lda.	6 215,88
09212300113	Pavilancil - Soc. de Construções de Pavimentos e L	46 329,73
09212300117	Azínheiro - Sociedade de Construções, S.A.	5 089,86
09212300127	Contenção Engenharia e Construções Lda	5 221,86
09212300133	Obriluc-soc.de Construções,ldª	0,10
09212300135	Promorail, Lda.	129 952,69
09212300136	N. Costa Ramos, Ldª.	271,90
09212300137	Ecbuild Construção e Projecto Lda	835,48
09212300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	17 076,03
09212300139	Magoflor Jardins do Magoito Lda	1 160,06
09212300141	Sotecnisol - Coberturas e Fachadas, S.A.	10 241,60
09212300142	Consequi - Construções, SA	402,95
09212300143	Horacio Mendes & Bruno C.o. Publicas Lda	197,78
09212300144	PMJ - Construções, Lda.	31 638,69
09212300145	Loviril - Construção Civil, Lda.	185 996,22
09212500001	Artemisia - Centro de Jardinagem, Lda.	7 506,72
09212500005	Artur Florêncio e Filhos - AFF Equipamentos Desportivo	11 676,08
09212500057	Algeco - Construções Pré-Fabricadas, S.A.	14 949,77
09212500249	Schröder Iluminação, S.A.	5 966,75
09212500341	Alberto Roque, Lda.	22 402,15
09212500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto,lda	16 049,84
09212500468	Fernando L. Gaspar, S.A	75 119,63
09212500858	OLICO - Materiais para construção civil e obras pú	29 852,70
09212500937	Pinto & Bentes, S.A.	1 383,38
09212501583	UEM - Unidade Estruturas Metálicas, SA	6 645,25
09212501656	Engirega - Projectos e Execução de Sistema, Lda.	8 070,90
09212501657	Parques e Jardins, Lda.	11 550,37
09212501807	Sociedade de Construções Manços & Calains	10 211,19
09212501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	78 105,10
09212502225	Eyssa Tesis, S.A.	1 753,32
09212504225	Soenvil Sociedade de Empreitadas Vilarinhos Lda	32 243,66
09212504563	SOMOVE, LDA	49 325,79
09212504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	11 634,28
09212505396	Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resi	13 883,87
09212970416	Cespa, Portugal S.A.	3 227,22
09212970569	Cobeng Construtora, Lda.	51 038,46
09212970617	Teletep - Telecomunicações do Ribatejo, Lda.	6 955,53
09212970655	Omninstal - Electricidade, S.A.	10 441,50
09212970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	7 141,55
09212971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	195 199,91
09212971367	Sanestradas-Empr.Obras Públicas e Particulares.SA	38 131,50
09212971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	94 359,74
09212971781	PROPEMI	11 802,00
09212972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	28 380,58
09212972529	Florindo Rodrigues Júnior & Filhos, Lda.	21 480,97
09212972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	8 922,32
09212972997	Correcta - Construções, Lda.	13 668,50
09212973277	Paredes & Paredes, Lda.	53 403,72
09212973298	Mestresboço - Construção Civil, Lda.	171,28
09212973421	GOLDENBRICK - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LD	1 653,38
09212973422	Raiocoop	518,74
09212973631	Edifer Construções/Artemisia - Parque dos Poetas-2	2 293 879,95

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020

Conta	Designação	Montante
09212973747	Estrela do Norte, Lda.	177 443,26
09212973799	Unikonstrói, Lda	348 665,68
09212974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	236 040,06
09212975042	João Manuel Neto Rosa	264,69
09212975507	Soltráfego - Sol. de Trânsito, Estacionamento e Co	4 160,40
09212975926	Orona Portugal, Lda.	1 170,00
09212975938	Carlos Oliveira Caseiro - Manut. de Fontes Luminosas,	5 546,37
09212976364	Marvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Co	18 074,46
09212976651	Cunha Bastos, Lda.	4 080,00
09212976745	Nova Gente - Empreitadas, S.A.	18 476,87
09212977202	Luzimeca - Instalações Eléctricas e Mecânicas, Lda	4 764,83
09212977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	25 370,76
09212977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	161 677,14
09212977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	51 139,59
09212977840	DCHJ - Construções, Ld ^o .	4 185,75
09212977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	279 065,99
09212978146	Armando Ferreira & Filhos, Lda	17 059,92
09212978383	API - Construções, Lda.	16 691,44
09212978459	Viesa - Engenharia, Lda	13 195,00
09212978484	TECCI - Manutenção Comercial e Industrial, Lda	918,75
09212978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Ld ^o .	6 439,44
09212978512	Domingos da Silva Teixeira, S.A.	238 306,90
09212978585	Arouconstroi - Engenharia e Construções, S.A.	100 378,56
09212978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	7 643,75
09212979212	Encobarra - Engenharia, S.A.	223 699,10
09212979336	Geração & Excelência - Construção Civil e Obras Pu	19 199,91
09212979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	39 731,25
09212979665	Ubc S A	9 787,36
09212979765	Carlos Gil - Obras Públicas, Construção Civil e Mon	10 558,47
09212979876	Margem Mítica, Lda.	6 275,10
09212979920	SOMEROPI - Obras Públicas e Industriais, Lda.	15 020,36
09212979940	Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	7 991,88
09212979975	Tecnaco - Técnicas de Construção, S.A.	16 200,06
09212980255	AECI,Arquitectura, Construção e Empreend.Imobiliár	4 527,02
09212980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	12 992,98
09212980625	Nortejuvil - Sociedade de Construções, Lda	797,29
09212980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	29 759,94
09212980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	216 339,30
09212980765	FOSC - Faial Obras Soc. de Construções, Lda.	12 610,97
09212980873	Sogaruóp, Lda.	5 542,45
09212980970	Norcep Construções, S.A	98 918,97
09212981031	J.C. Bartolomeu, Lda.	8 767,34
09212981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	31 965,46
09212981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Ld ^o	14 284,37
09212981654	Patrícia Miranda - Construção e Obras Públicas, Un	2 492,50
09212982307	Mafragua, Lda.	6 179,25
09212982455	Diveristal, Lda	2 075,03
09212982842	Vertente Colossal,Construção Civil Unipessoal, Lda	2 400,00
09212982851	Murarte Construções, Lda.	4 726,50
09212982993	Imoconstarte - Construções S.A.	3 499,00
09212983941	Obragoito - Obras Públicas e Serviços, Ld ^o .	38 252,30
09212984895	Optibuilding, Lda	35 868,29
09212984899	ECON - ECO Construção, Lda	46 360,69
09212984946	NOW XXI - Engenharia & Construções, Lda.	30 985,71
09212984989	GRANIMARANTE, Granitos e Construções, Lda.	3 950,00
09212985361	Pinto e Relvas- Construção e Remediações, Lda.	44 559,97
09212985477	J.C.N.F. - Construção, Lda.	13 499,25
09212985523	Discoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	27 328,71
09212986383	Sotécnica - Sociedade Electrotécnica, S.A.	9 763,72
09212986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	14 722,63
09212986504	SUNEVER - Energias Renováveis, Lda.	1 224,19
09212986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	74 870,66
09212986643	ACCIONA Construcción, S.A.	1 349 660,32
09212986790	O2S - Engenharia e Construção, Lda.	15 647,28
09212986937	PLANDESE, S.A.	34 457,99
09212987297	Metalcário - Construções, Lda.	29 659,32
09212987778	Tecnorém - Engenharia e Construções Sa	73 586,81

MUNICÍPIO DE OEIRAS		
Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020		
Conta	Designação	Montante
0922	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Devolvida	6 138 570,42
09221	Cauções /Garantias - Devolvidas a Fornecedores de c/ corrente	1 869 618,86
09221400010	Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis, SA.	968,52
09221500047	AIRC - Associação Informática da Região Centro	16 000,00
09221500057	Algeco - Construções Pré-Fabricadas, SA	11 468,30
09221500389	Barraqueiro Transportes SA	14 000,00
09221500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários,	23 243,58
09221500682	Lease Plan Portugal Comércio e Aluguer Automóvel e E	11 035,00
09221500743	Makro - Cash & Carry Portugal, SA	1 410,00
09221501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	66 735,99
09221501926	Pingo Doce - Distribuição Alimentar SA	24 930,08
09221502339	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	39 430,52
09221978879	Federação Portuguesa de Futebol	1 373 983,95
09221979789	Perene, S.A.	199 368,13
09221980408	Food4Kings, S.A.	13 027,50
09221982118	Naípe D'Emoções - Restauração e Gestão de Espaços.	3 750,00
09221982817	2045 - Gália Serviços de Vigilância e Segurança, A.C.E.	70 267,29
09222	Cauções/Garantias - Devolvidas a Fornecedores de imobilizado	4 268 951,56
09222227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	4 927,36
09222300016	Luis Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	4 299,60
09222300034	Armando Cunha S.A.	81 780,93
09222300041	Alves Ribeiro, S.A.	1 876 711,20
09222300048	Comprojecto - Projectos e Construções, Lda	14 818,60
09222300049	Canas Correia, S.A.	81 227,61
09222300052	CJG - Construções, Lda.	6 237,02
09222300060	Edisserra - Construções, S.A.	10 035,76
09222300069	Jocartécnica - Engenharia e Construção, S.A.	7 761,09
09222300070	Tecnovia Sociedade de Empreitadas Sa	12 436,49
09222300072	Oliveiras, S.A.	10 317,29
09222300083	Tomas de Oliveira - Empreiteiros, S.A.	49 222,29
09222300084	Polioobra - Construções Civas, Lda	56,19
09222300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	3 478,21
09222300086	Silva Brandão & Filhos, Lda.	12 419,85
09222300087	A. M. Rato Varanda, Lda.	4 494,29
09222300093	MRG - Engenharia e Construção, SA	534 359,65
09222300094	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	37 549,17
09222300108	Monumenta-conserv.restauropatrimónio Arquitectónico	15 598,12
09222300113	Pavilancel - Soc. de Construções de Pavimentos e L	35 526,25
09222300127	Contenção Engenharia e Construções Lda	3 906,40
09222300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	10 458,16
09222300144	PMJ - Construções, Lda.	25 728,45
09222300145	Loviril - Construção Civil, Unipessoal, Lda	3 299,90
09222500057	Algeco - Construções Pré-Fabricadas, SA	14 214,46
09222500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto,lda	844,99
09222500468	Fernando L. Gaspar, S.A	52 032,12
09222500937	Pinto & Bentes, S.A.	1 383,38
09222501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	4 665,79
09222501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	28 701,37
09222504563	SOMOVE, LDA	15 636,15
09222970416	Cespa, Portugal S.A.	3 227,22
09222970569	Cobeng Construtora, Lda.	6 927,85
09222970617	Teletejo - Telecomunicações do Ribatejo, Lda	6 955,53
09222970655	Omninstal - Electricidade, S.A.	3 844,70
09222970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	7 141,55
09222971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	32 326,97
09222971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	30 946,23
09222971781	PROPEMI	11 802,00
09222972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	13 400,45
09222972529	Florindo Rodrigues Júnior & Filhos, Lda.	17 885,60
09222972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	7 647,28
09222972997	Correcta - Construções, Lda.	13 668,50
09222973277	Paredes & Paredes, Lda.	25 396,81
09222973631	Edifer Construções/Artemisia - Parque dos Poetas-2	275 907,00
09222973747	Estrela do Norte, Lda.	28 652,33
09222973799	Unikonstrói, Lda	66 118,29
09222974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	50 933,19
09222975507	Soltráfego - Sol. de Trânsito, Estacionamento e Comuni	4 160,40
09222976364	Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Co	9 202,23
09222977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	66 547,77
09222977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	291,87
09222977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	102 591,27
09222978146	Armando Ferreira & Filhos, Lda	17 059,92
09222978459	Viesa - Engenharia, Lda	7 703,54
09222978512	Domingos da Silva Teixeira, S.A.	128 589,35
09222978585	Arouconstrói - Engenharia e Construções, S.A.	70 943,00

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Período de Relato de 01-01-2020 a 31-12-2020

Conta	Designação	Montante
09222978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	7 643,75
09222979212	Encobarra - Engenharia, S.A.	27 805,07
09222979336	Geração & Excelência - Construção Cívica e Obras Públi	6 798,91
09222979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	4 661,98
09222979765	Carlos Gil - Obras Públicas, Construção Civil e Montage	3 428,03
09222979920	Someropi - Obras Públicas e Industriais, Lda	4 506,11
09222979940	Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	7 991,88
09222980255	AECI, Arquitectura, Construção e Empreend.Imobiliários	4 074,32
09222980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	2 041,81
09222980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	11 869,48
09222980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	47 507,68
09222980765	FOSC - Faial Obras Soc. de Construções, Lda.	7 171,50
09222980970	Norcep Construções, SA	59 902,76
09222981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	3 605,21
09222981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Lda	2 472,65
09222981654	Patrícia Miranda - Construção e Obras Públicas, Un	2 492,50
09222982851	Murarte Construções, Lda.	2 363,25
09222986383	Sotécnica - Sociedade Electrotécnica, S.A.	9 763,72
09222986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	14 722,63
09222986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	37 435,33
09222987297	Metalcário – Construções, Lda.	26 694,00

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Rubricas	Fração do capital delido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	
Participações de capital - ao custo										
Águas do Tejo Atlântico	3,47%	3 936 998,00								3 936 998,00
Taguspark	19,16%	4 524 666,62								4 524 666,62
EIA	2,85%	37 689,85								37 689,85
Fundação Marquês de Pombal	12,50%	99 750,00								99 750,00
TOTAL		8 599 104,47								8 599 104,47

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Nos quadros seguintes é evidenciada a contabilização e divulgação dos benefícios dos empregados.

Q. 9 _ 19.1 Valor presente da obrigação de benefícios definidos

	Com fundo afeto		Sem fundo afeto		Total
	Receitas Próprias	IEFP	Fundo C	Fundo D	
Valor presente da obrigação no início do período	6 360 298,01	1 631,28			6 361 929,29
Efeitos no período:					0,00
Custo do serviço corrente	6 779 747,07	4 362,82			6 784 109,89
Custo de juros					0,00
Contribuições dos participantes do plano					0,00
Ganhos e perdas atuariais					0,00
Benefícios pagos					0,00
Custo dos serviços passados	-6 360 298,01	-1 631,28			-6 361 929,29
Concentrações de entidades					0,00
Cortes					0,00
Liquidações					0,00
Outros					0,00
Valor presente da obrigação no final do período	6 779 747,07	4 362,82			6 784 109,89

Notas:

- os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município;
- procedeu-se à especialização dos custos suportados por conta do subsídio de férias e das férias dos funcionários, bem como as respetivas contribuições sociais, direitos estes adquiridos até à data do relato;
- Foi efetuado, ainda, a reversão da especialização do ano de 2019.

Q. 10_19.3 - Gastos reconhecidos no período

	Conta DR	Valor
	63212	2 548 516,69
	63011	22 543,20
	632111	2 498 790,66
	6321199	244 559,00
	632113	12 768,85
	632114	43 049,92
	63213	502,94
	63511	682 389,64
	63512	527 075,86
Custo do serviço Corrente	6359	35 606,66
	632204	11 428,93
	632299	89 905,87
	638911	26 890,60
	632203	127,78
	63023	4,77
	63931	697,61
	63016	12 153,96
	6361	4 430,81
	6362	122,94
	63012	22 543,20
Custo de juros		
Retorno esperado dos ativos do plano		
Retorno esperado do qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo		
Ganhos e perdas atuariais		
Custo de serviços passados		
Efeito de qualquer corte ou liquidação		
Total		6 784 109,89

Nota: os valores apresentados neste quadro dizem apenas respeito ao Município.

Outra Informação Complementar

Vendas e Prestações de Serviços

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe das vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos no período é o seguinte:

Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Rubricas	2020			2019	
	Mercado Interno	Mercado Externo	TOTAL	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	347 482	-	347 482	8 029 516	-
Prestações de serviços	18 962 974	1 012 071	19 975 045	35 619 524	1 500 315
Total	19 310 456	1 012 071	20 322 527	43 649 041	1 500 315

Endividamento de médio e longo prazo

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe do endividamento consolidado a médio e longo prazo é o seguinte:

Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)					Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	OV	PT	Municipia	TOTAL		
2312	Empréstimos de longo prazo	7 801 941	-	-	90 661	7 892 602	-	7 892 602
221	Fornecedores c/c m/l prazo	-	-	-	-	-	-	-
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	-	-	-	-	-	-	-
262+263+267+268	Outros credores	6 136 410	-	-	-	6 136 410	-	6 136 410
TOTAL		13 938 351	-	-	90 661	14 029 012	-	14 029 012

Notas:

- (a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros — médio e longo prazos;
- (b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço são as seguintes:

Rubrica	Valor (€) 2021	Valor (€) 2022	Valor (€) 2023	Valor (€) 2024
Empréstimos de M/L Prazo				
CMO				
Oeiras Viva				
Parques Tejo				
Municíпия	1 036 006,16	78 460,94	6 600,00	5 600,00
Total				

Garantias

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe das garantias é o seguinte:

	Entidades	Garantias bancárias	Outras	Total
CMO	Instituto Biblioteca Nacional Livro	49 880		
	IHRU Instituto H R Urbana, IP	18 988		
	Brisa Autoestradas de Portugal, S.A.	179 567		
	Petrogal Petróleos de Portugal	5 986		
	Instituto Biblioteca Nacional Livro	32 971		
	Tribunal Judicial Comarca Oeiras	249 399		536 790
Oeiras Viva	DGCI	114 416		
	DGCI	88 224		202 640
Municíпия	CMO	17 300		17 300
Total		756 729		756 729

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização é o seguinte:

Designação	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Municíпия	Total 2019
Orgãos autárquicos	470 116	0	0		470 116
Orgãos sociais	0	57 122	56 142	60 323	173 588
Orgãos de fiscalização	41 131	9 100	0	8 400	58 631
Total	511 247	66 222	56 142	68 723	702 335

Relatório de Gestão Consolidado

A consolidação de contas entende-se como a agregação de contas individuais, após homogeneização, de entidades pertencentes a um grupo que pertencem ao perímetro de consolidação. Esta agregação permite transmitir informações fiáveis e relevantes sobre a situação patrimonial, financeira e outras, desse grupo como se de uma única entidade se tratasse.

O objetivo essencial da consolidação de contas é proporcionar uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo consolidante como se este fosse uma única entidade. A avaliação das demonstrações financeiras consolidadas deve proporcionar aos seus utilizadores uma imagem verdadeira da situação financeira e económica do grupo.

Importa, no processo de consolidação do grupo autárquico, avaliar os impactos nas demonstrações financeiras face às demonstrações financeiras no Município. A avaliação dos impactos face ao período de relato anterior no ano de implementação do novo referencial contabilístico (SNC-AP) por parte do Município, torna impraticável a referida análise.

Tal como referido anteriormente, concorrem para o perímetro de consolidação do Município, as empresas Oeiras Viva, Parques Tejo e Múncipia, tendo como método a consolidação integral, e os SIMAS, através do método de equivalência patrimonial (reconhecimento efetuado nas demonstrações financeiras individuais do Município).

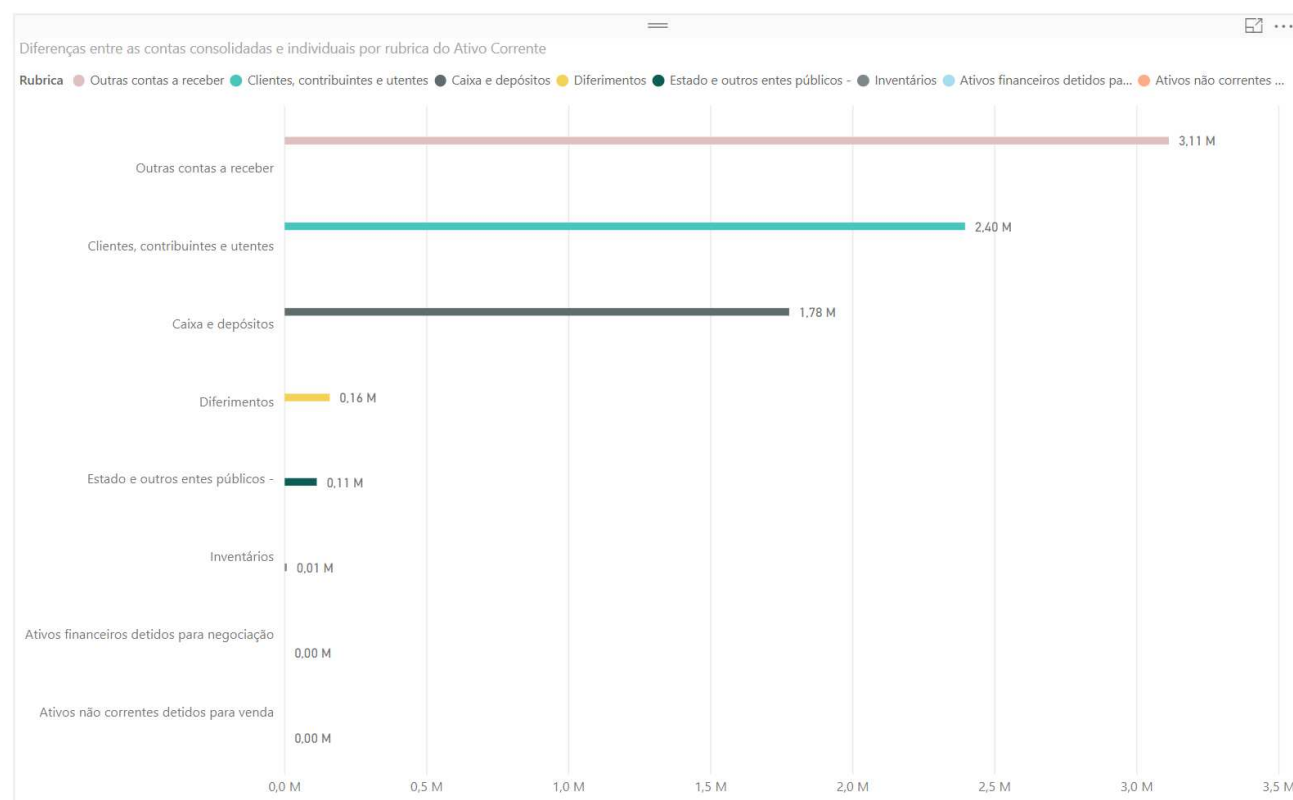
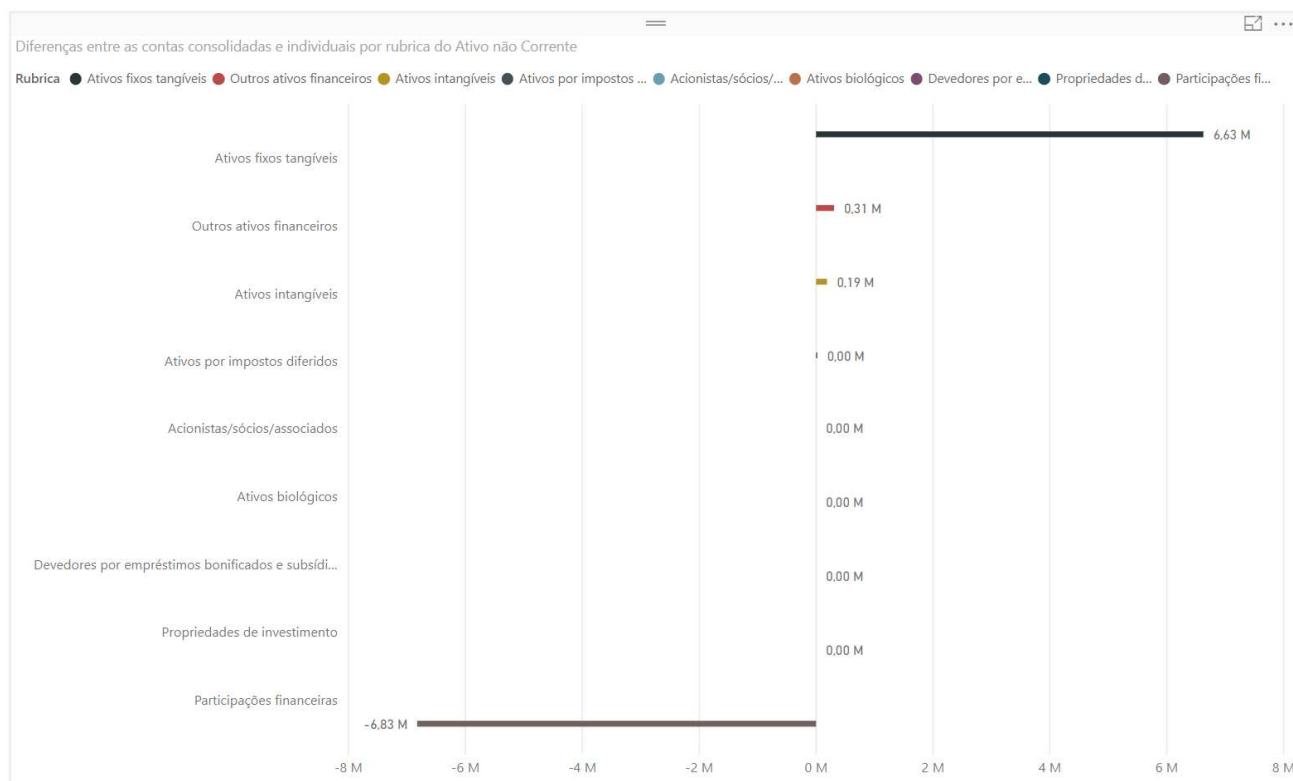
No que se refere ao Balanço, o impacto da consolidação do grupo de empresas que compõem o perímetro de consolidação é reduzido, passando de um valor global individual de € 728.290.838, para um valor global consolidado de € 736.152.742, traduzindo-se num acréscimo de cerca de € 7,9 M.

Como se pode verificar no gráfico infra, as componentes do Balanço que concorrem para o referido aumento são o Ativo não Corrente e o Património líquido. A variação do passivo apresenta-se como residual.

Consolidado e Município por Rubrica

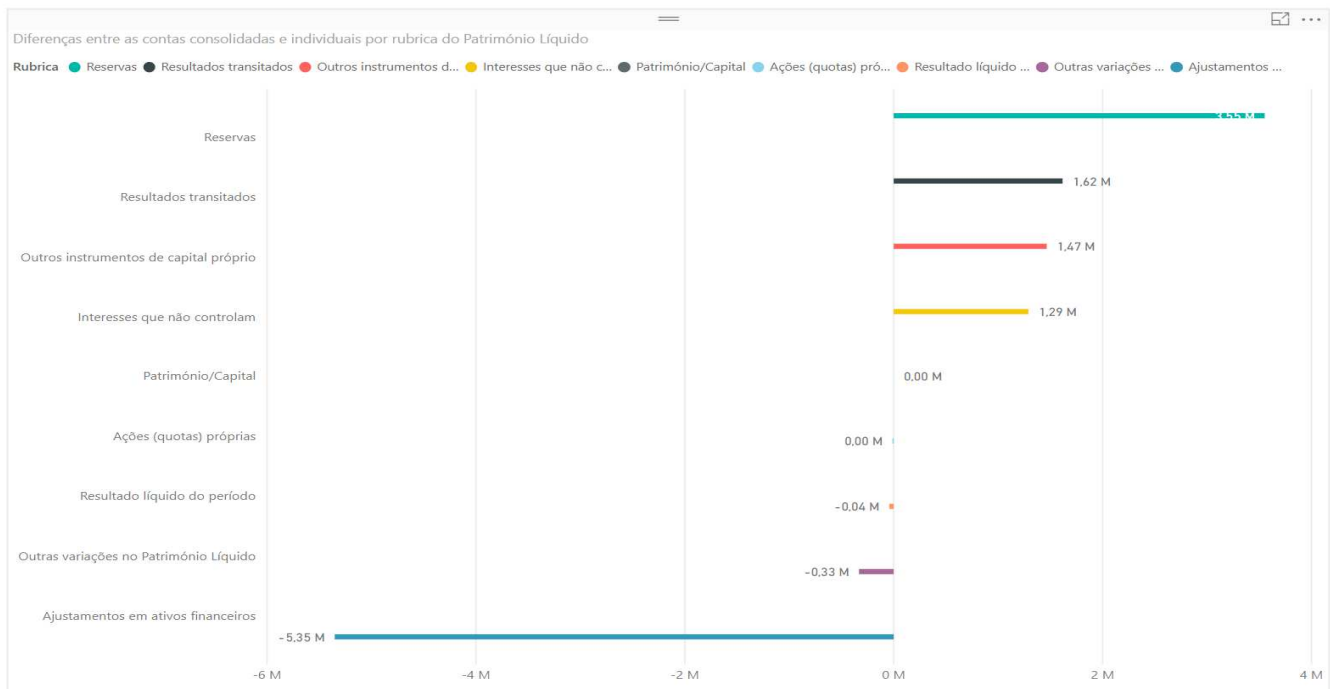


Decompondo as variações do balanço, temos no Ativo não Corrente e Corrente as seguintes variações por rubrica:



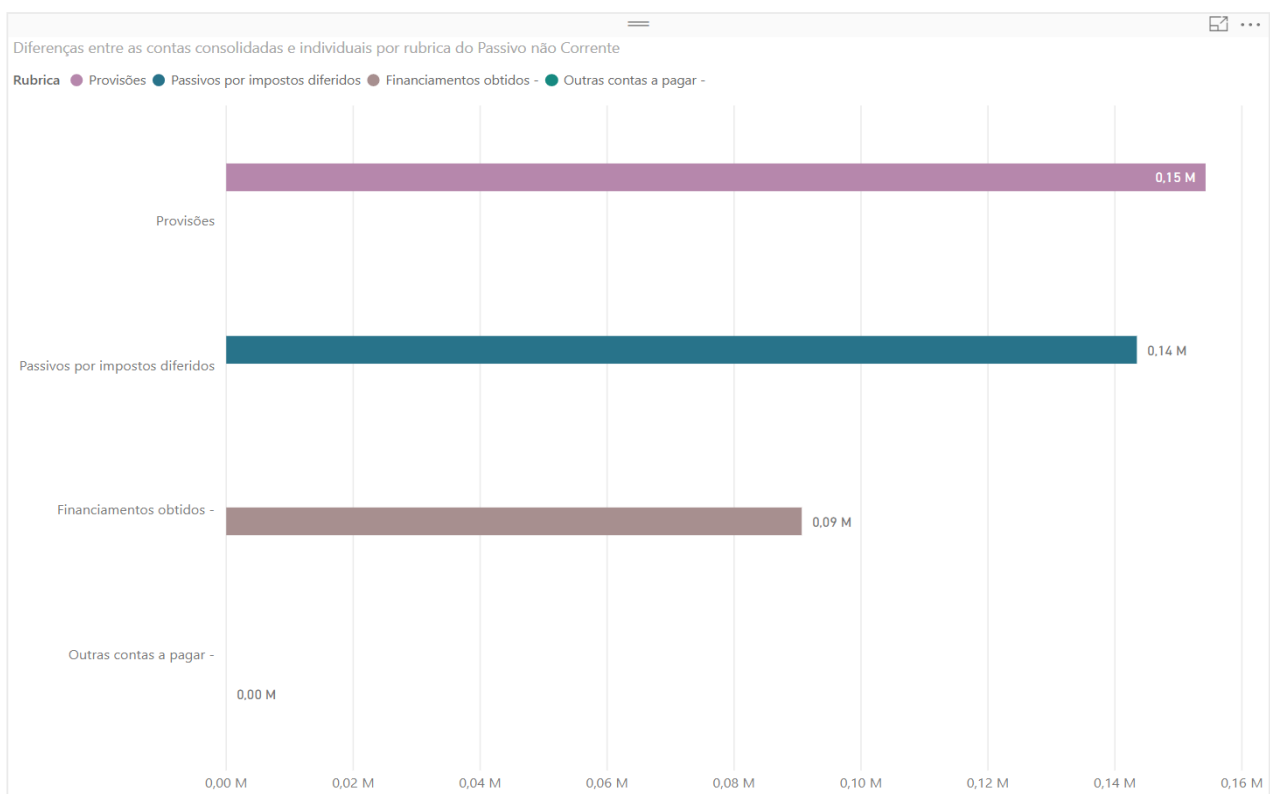
Como se pode verificar, o impacto no Ativo não Corrente é no seu todo residual devido ao processo de eliminação dos reconhecimentos das participações financeiras ao abrigo do método de equivalência patrimonial e ao reconhecimento de acordo com o método integral das operações das empresas controladas, procedendo assim à anulação das participações financeiras e ao acréscimo dos ativos fixos tangíveis. No que se refere ao Ativo Corrente, as rubricas que mais contribuíram para o aumento foram as “Outras contas a receber” (€ 3,11 M), “Clientes, contribuintes e utentes” (€ 2,40 M) e “Caixa e depósitos” (€ 1,78 M).

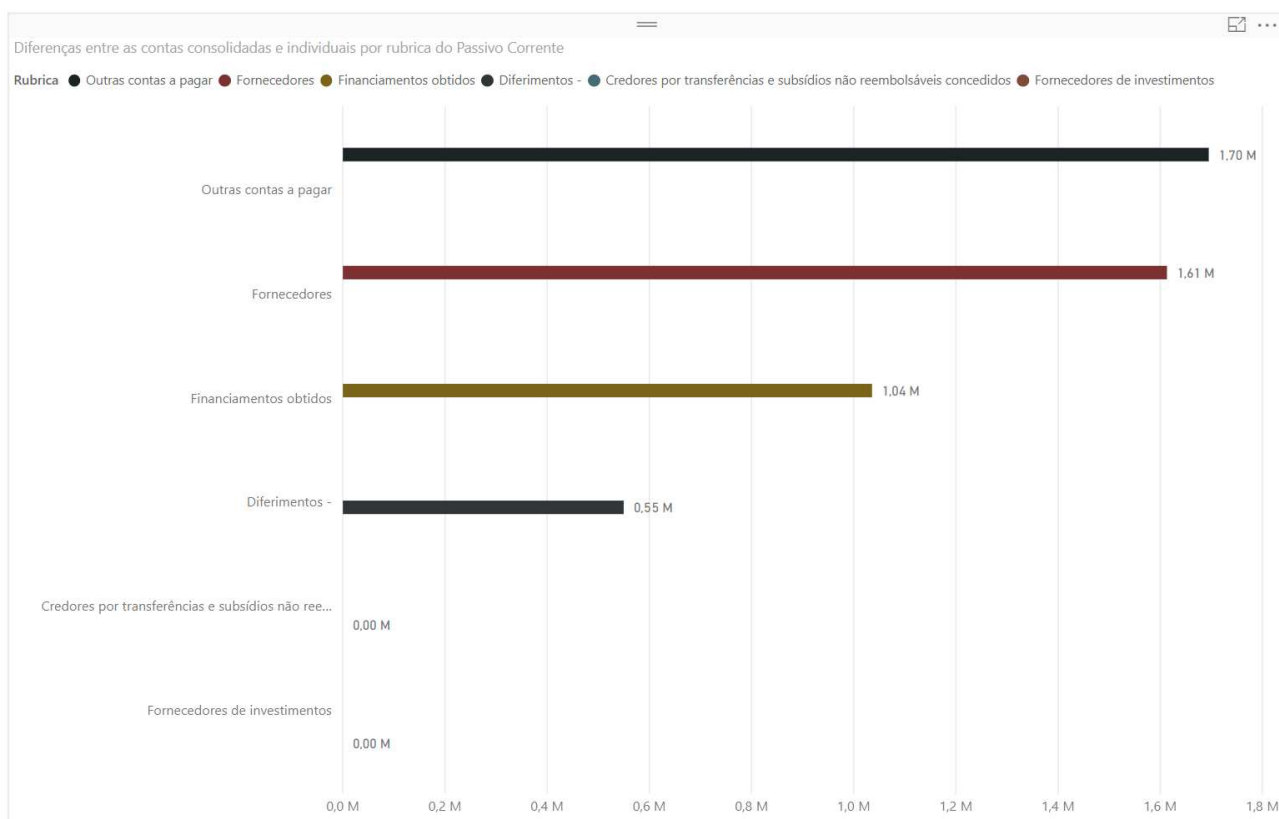
Relativamente ao Património Líquido, as rubricas que concorrem para a variação apresentam-se no gráfico infra.



As rubricas que mais contribuem para o aumento do Património Líquido são as “Reservas” € 3,55 M, “Resultados transitados” € 1,62 M, “Outros instrumentos de capital próprio” € 1,47M e “Interesses que não controlam” € 1,29 M. De referir que o decréscimo verificado na rúbrica de “Ajustamentos financeiros”, em cerca de € 5,35 M, resulta da eliminação dos reconhecimentos das operações das empresas controladas ao abrigo do método de equivalência patrimonial.

Relativamente ao Passivo, apresentam-se em seguida as variações obtidas após a consolidação nos gráficos seguintes.





As rubricas que mais contribuem para o aumento residual do Passivo não Corrente são as “Provisões” € 0,15 M, “Passivos por impostos diferidos” € 0,14 M e “Financiamentos obtidos” € 0,09M. No que se refere ao Passivo Corrente, as rubricas que mais contribuíram para o aumento verificado são as “Outras contas a pagar” € 1,70 M, “Fornecedores” € 1,61 M e “Financiamentos obtidos” € 1,04 M.

Relativamente à demonstração de resultados, as variações ocorridas nas rúbricas após o processo de consolidação resultam nas variações apresentadas nos gráficos seguintes.

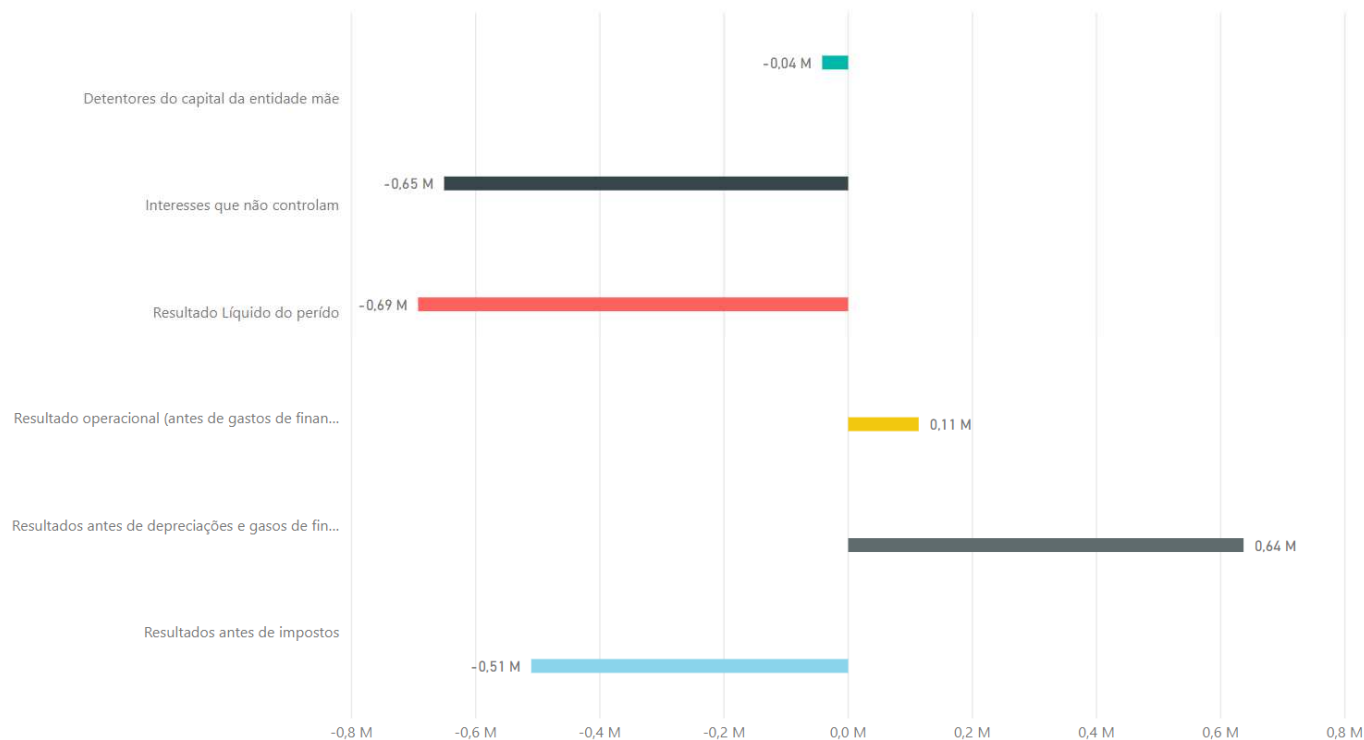
Diferenças entre as contas consolidadas e individuais por rubrica da Demonstração de Resultados



Relativamente às rubricas da demonstração de resultados, as contas de gastos que originaram o maior impacto foram os “Gastos com o pessoal” € 4,08 M e os “Fornecimentos e serviços externos” € 2,99 M. As contas de rendimento que mais influenciaram o apuramento de resultados foram as “Prestações de serviços e concessões” €5,07 M, “Rendimento e gastos imputados de entidades controladas” € 1,30 M e “Transferências e subsídios correntes” € 1,09 M.

Diferenças entre as contas consolidadas e individuais para o apuramento da Demonstração de Resultados

Rubrica ● Detentores do capital da entidade mãe ● Interesses que não controlam ● Resultado Líquido do período ● Resultado operacional (antes d... ● Resultados antes de depre... ● Resultados antes de im...



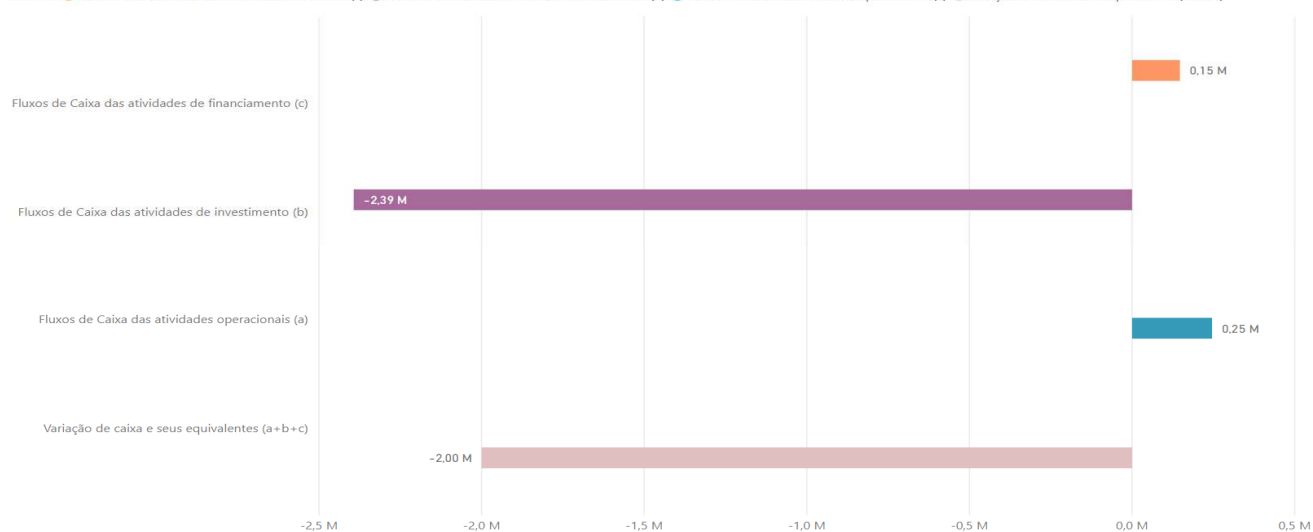
No que se refere ao apuramento de resultados, a variação do resultado líquido é negativa em cerca de € 0,69 M. De referir que contribuíram para este resultado o reconhecimento de 50% do resultado positivo dos SIMAS (€ 0,66 M) e o efeito negativo dos interesses minoritários da Município em cerca de € 0,65 M.

O grupo empresarial que compõe o perímetro de consolidação do Município, apresentou em 2020 resultados líquidos inferiores ao período anterior, nomeadamente a Município, com valor negativo de cerca de € 1,6 M, e Oeiras Viva, com um valor também negativo de cerca de € 0,5 M. Estes resultados estão relacionados com o decréscimo acentuado da atividade económica na sequência da pandemia COVID-19, sendo expectável que a situação possa normalizar num futuro próximo. No entanto, em 2021 é provável que os resultados fiquem aquém das expectativas, devendo o Município tomar as medidas necessárias para o cumprimento da regra de equilíbrio de contas do SEL nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

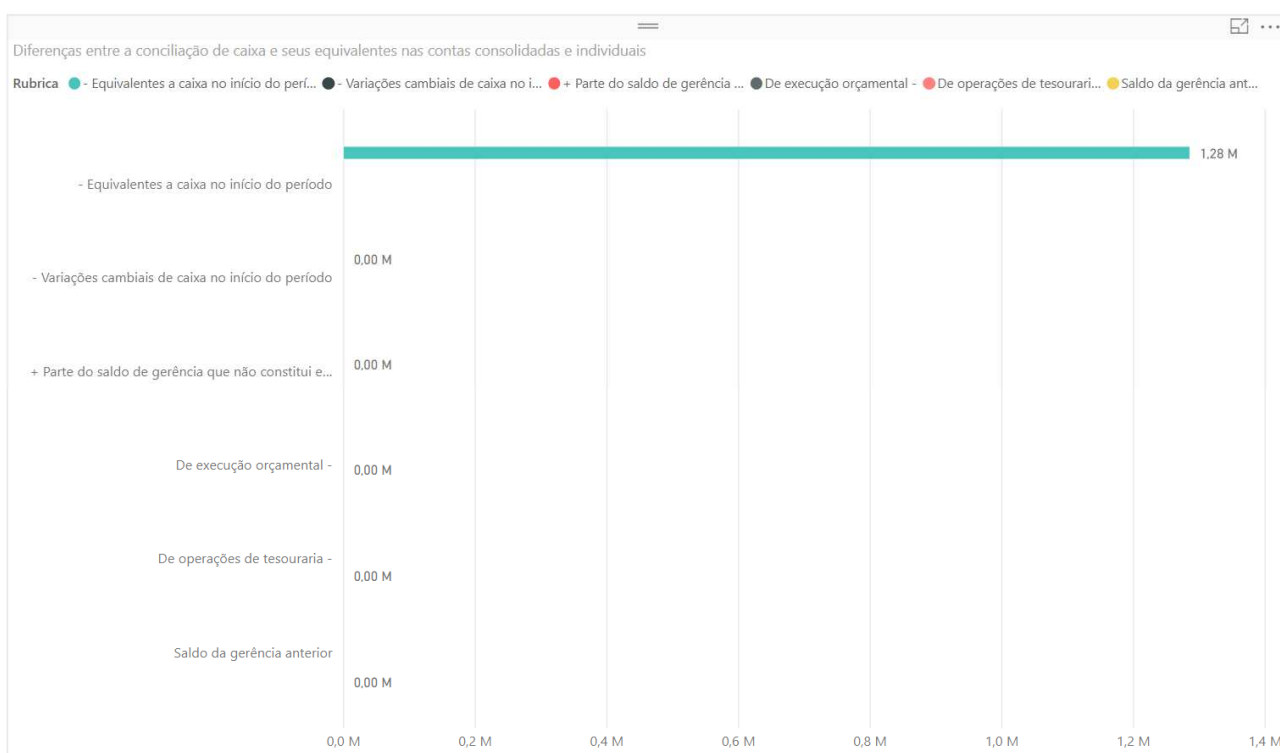
Sobre os fluxos de caixa, apresentam-se, de forma resumida no gráfico infra, as variações ocorridas por atividades.

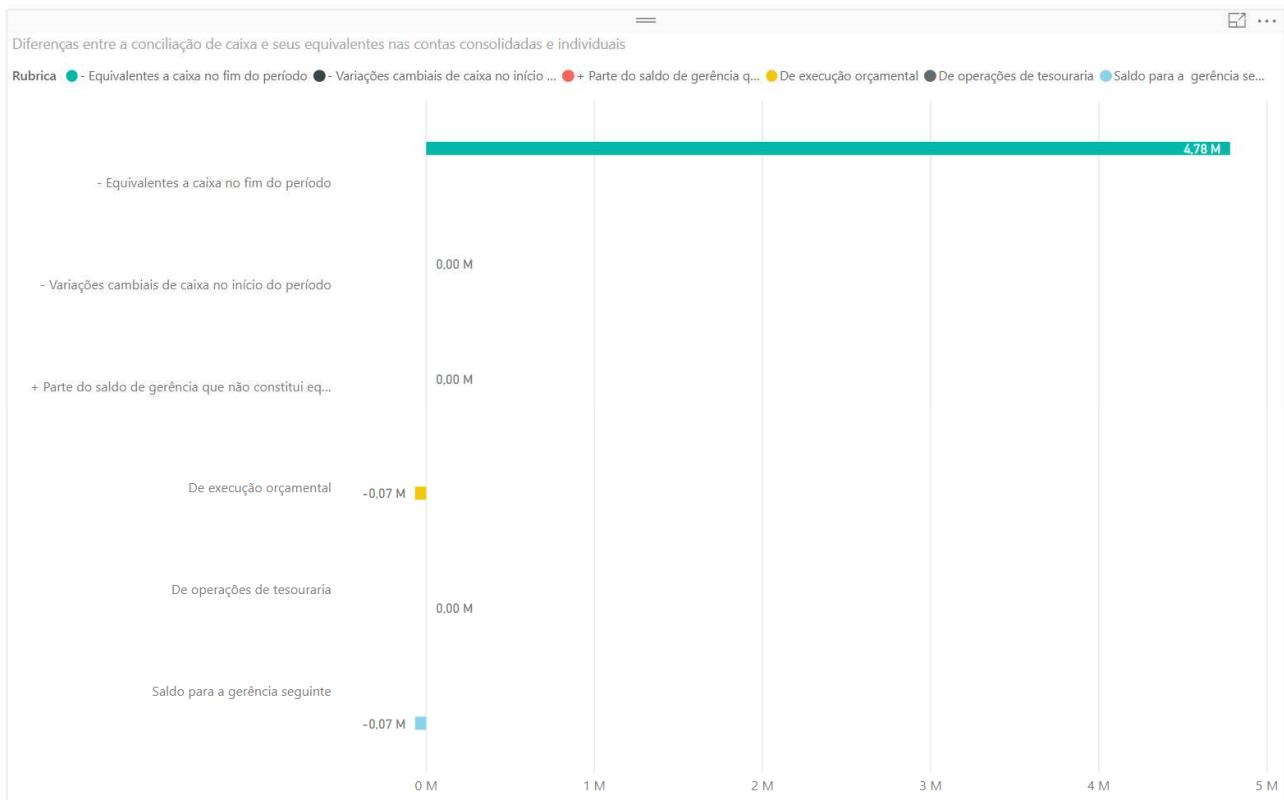
Diferenças entre os fluxos de caixa consolidados e individuais por atividades

Rubrica ● Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c) ● Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b) ● Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a) ● Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)



A variação dos fluxos de caixa e seus equivalentes é negativa em cerca de € 2,0 M, sendo a atividade de investimento aquela que mais contribuiu para esta redução.





A variação na conciliação de caixa e seus equivalentes resulta na existência de equivalentes de caixa nas empresas que compõem o perímetro de consolidação, com maior impacto na empresa Parques Tejo.

Relativamente a alguns indicadores de gestão das demonstrações financeiras consolidadas, apresentam-se a autonomia financeira, a solvabilidade geral e a liquidez imediata.

93,06%

Valor para Autonomia Financeira

13,41

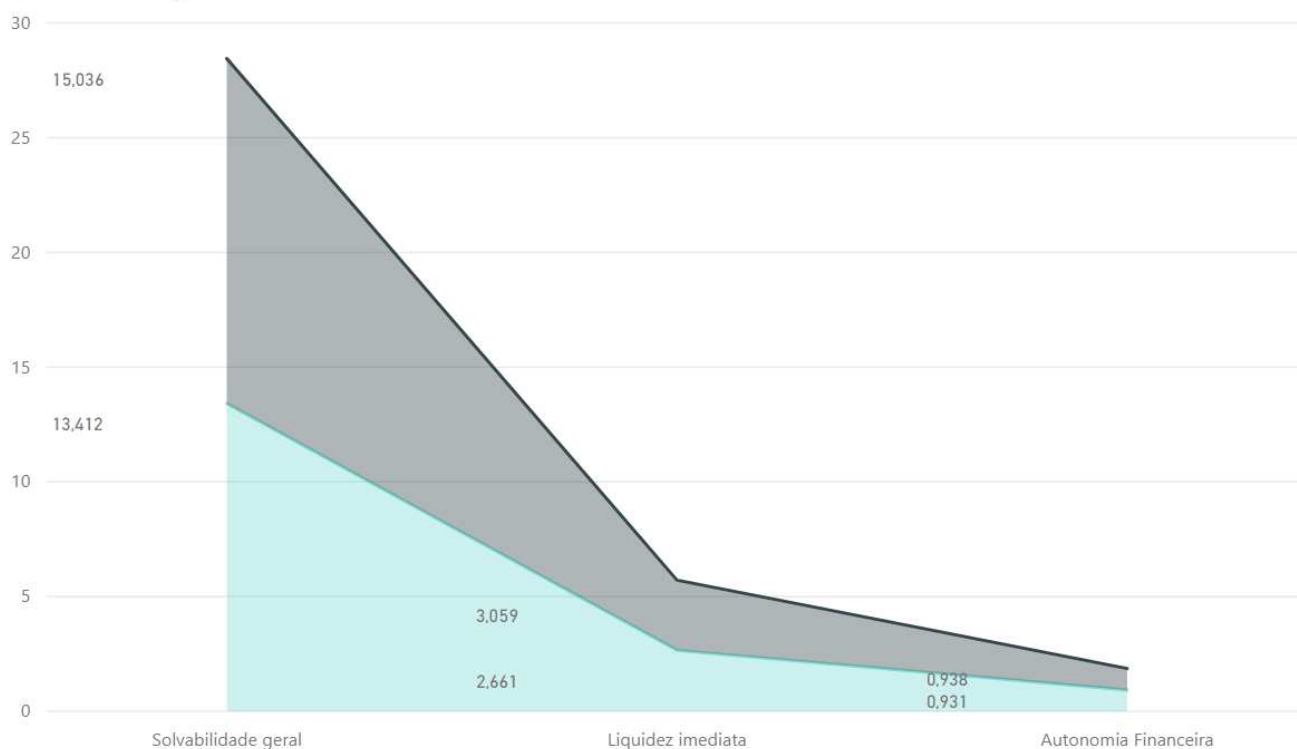
Valor para Solvabilidade geral

2,66

Valor para Liquidez imediata

Variação de indicadores

● Valor - Consolida ● Valor - Individual



Relativamente ao impacto nos indicadores referidos, o mesmo não compromete de forma significativa os rácios apurados na prestação de contas individuais do Município, contudo, deve referir-se que a solvabilidade geral nas demonstrações financeiras consolidadas decresce em cerca de 2 pontos, a liquidez imediata em cerca de 0,4% e a autonomia financeira permanece praticamente inalterada, demonstrando uma robustez financeira do grupo alavancado pelas demonstrações financeiras individuais do Município.



2020

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS



Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubricas de recebimento		2020	Partes relacionadas c/ SIMAS	Final 2020
	Saldo da gerência anterior	120 094 997,02		
	Operações Orçamentais [1]	111 017 227,38		111 017 227,38
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00		0,00
	Operações de tesouraria [A]	9 077 769,64		9 077 769,64
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00		0,00
	Receita corrente	178 535 425,36	2 018 257,72	176 517 167,65
R1	Receita Fiscal	94 624 765,19		94 624 765,19
R1.1	Impostos diretos	91 440 714,19		91 440 714,19
R1.2	Impostos indiretos	3 184 051,00		3 184 051,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 591 635,30		1 591 635,30
R4	Rendimentos de propriedade	5 477 156,97	1 500 000,00	3 977 156,97
R5	Transferências e subsídios correntes	35 620 613,69		35 620 613,69
R5.1	Transferências correntes	35 661 032,69		35 661 032,69
R5.1.1	Administrações Públicas	35 641 532,69		35 641 532,69
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	35 333 549,70		35 333 549,70
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	360 196,38		360 196,38
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00		0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00		0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00		0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00		0,00
R5.1.3	Outras	19 500,00		19 500,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00		0,00
R6	Venda de bens e serviços	13 717 553,41	518 257,72	13 199 295,70
R7	Outras receitas correntes	27 503 700,81		27 503 700,81
	Receita de capital	18 423 976,13	0,00	18 423 976,13
R8	Venda de bens de investimento	15 295 721,68		15 295 721,68
R9	Transferências e subsídios de capital	3 022 518,58		3 022 518,58
R9.1	Transferências de capital	3 012 537,13		3 012 537,13
R9.1.1	Administrações Públicas	1 867 805,36		1 867 805,36
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 681 585,98		1 681 585,98
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	186 219,38		186 219,38
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00		0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00		0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00		0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00		0,00
R9.1.3	Outras	1 144 731,77		1 144 731,77
R9.2	Subsídios de capital	0,00		0,00
R10	Outras receitas de capital	105 735,87		105 735,87
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	396 841,34		396 841,34
	Receita efetiva [2]	197 356 242,83	2 018 257,72	195 337 985,12
	Receita não efetiva [3]	28 295 565,70		28 295 565,70
R12	Receita com ativos financeiros	0,00		0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00		0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	336 669 035,91	2 018 257,72	334 650 778,19
	Operações de tesouraria [B]	37 244 468,08		37 244 468,08

Nota: nas rubricas R4-“Rendimentos de propriedade” e R6 – “Venda de bens e serviços” foram efetuados ajustamentos nos montantes de € 1.500.000 e € 518.257,72, respetivamente, de forma a expurgar as operações entre o Município e o SIMAS na proporção da percentagem de participação do Município.

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Demonstração de direitos e obrigações por natureza Consolidados

Rubricas	Liquidações	2020	Rubricas	Obrigações	2020
	Operações orçamentais (1)			Despesas corrente	158 192 643,95
	Receitas corrente	177 464 059,08	D1	Despesas com o pessoal	59 366 345,54
R1.1	Impostos diretos	91 440 714,19	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	43 474 808,10
R1.2	Impostos indiretos	3 205 354,52	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 492 937,77
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 282 125,97	D1.3	Segurança Social	12 398 589,67
R4	Rendimentos de propriedade	3 380 506,89	D2	Aquisição de bens e serviços	68 541 171,47
R5	Transferências e subsídios correntes	36 201 332,16	D3	Juros e outros encargos	16 648,85
R5.1	Transferências correntes	36 201 332,16	D4	Transferências e subsídios correntes	28 265 679,58
R5.1.1	Administrações Públicas	36 181 832,16	D4.1	Transferências correntes	28 265 679,58
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	35 802 608,65	D4.1.1	Administrações Públicas	5 858 599,60
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	379 223,51	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	39 840,28
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 882,07
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	4 303 877,25
R5.1.3	Outras	19 500,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	19 961 974,67
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.1.3	Famílias	901 361,91
R6	Venda de bens e serviços	40 345 960,24	D4.1.4	Outras	1 543 743,40
R7	Outras receitas correntes	608 065,13	D4.2	Subsídios correntes	0,00
			D5	Outras despesas correntes	2 002 798,52
	Receita de capital	31 890 760,95		Despesa de capital	63 268 538,06
R8	Venda de bens de investimento	27 947 009,93	D6	Aquisição de bens de capital	53 189 483,03
R9	Transferências e subsídios de capital	3 904 686,58	D7	Transferência e subsídios de capital	7 992 488,96
R9.1	Transferências de capital	3 904 686,58	D7.1	Transferências de capital	7 992 488,96
R9.1.1	Administrações Públicas	2 759 954,81	D7.1.1	Administrações Públicas	692 909,44
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 573 735,43	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	186 219,38	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	692 909,44
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	7 199 579,52
R9.1.3	Outras	1 144 731,77	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	100 000,00
R10	Outras receitas de capital	39 064,44	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	396 841,34	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva [2]	209 354 820,03		Despesa efetiva [5]	221 461 182,01
	Receita não efetiva [3]	0,00		Despesa não efetiva [6]	2 086 566,07
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	193 948,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1 892 618,07
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	209 354 820,03		Soma [7]=[5]+[6]	223 547 748,08



2020

ENCERRAMENTO

Encerramento

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2020, que contêm 78 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Câmara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos dos artigos 75º e 76º do n.º 2 da Lei n.º 73/2013 na sua redação atual.

Orgão executivo

Em ... de de
.....

Orgão deliberativo

Em ... de de
.....



2020

**PARECER DO
REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Oeiras (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 736.152.742 euros e um total do património líquido de 685.072.733 euros, incluindo um resultado líquido de 4.938.848 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das reservas dos números 1 a 6 referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Oeiras (o Grupo) em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido no Ponto 3 - Plano de Desenvolvimento Estratégico do Relatório de Prestação de Contas Individual do Município de Oeiras, “Tem existido um esforço contínuo no registo e regularização do Imobilizado por registar ao longo de muitos anos, situação crítica, ..., o que constitui um objetivo no âmbito do PDE. Para o seu cumprimento, muito contribuirá o Projeto do Património Imobiliário Municipal (PIM), com o objetivo de regularizar as situações mais antigas, através do respetivo, inventário, cadastro e registo, tendo também em conta a necessária atenção aos novos procedimentos. No entanto, este projeto não mereceu neste ano, os desenvolvimentos desejados quer por estar dependente dos novos desenvolvimentos do GEOPORTAL, quer pelo insuficiente contributo e dificuldade na partilha de informação por parte dos serviços de urbanismo e de obras municipais e também por ter sido um ano de transição do POCAL para o SNC-AP.” Pelo facto, e não obstante o Município ter continuado a efetuar diversas regularizações/valorizações no exercício, a informação atualmente existente não constitui, ainda, uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos. Assim, não nos é possível aferir em que extensão as rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento, no montante total de 512.417.580 euros (em 2019: 486.837.654 euros) e as correspondentes as depreciações e amortizações do exercício no montante de 11.721.947 euros (em 2019: 10.875.592 euros) se encontram sub/sobreavaliadas.
2. Relativamente à rubrica de Inventários, do Município de Oeiras, não foi realizada a inventariação física em referência a 31 de dezembro de 2020, tendo sido reconhecidas ao longo do ano regularizações significativas, quer positivas quer negativas, decorrentes do processo de reorganização dos armazéns. Adicionalmente, verifica-se que esta rubrica inclui diversos bens/materiais sem qualquer rotação, cujo valor de realização é nulo ou abaixo do

custo de aquisição, relativamente aos quais não se encontra constituída qualquer perda por imparidade. Face ao exposto, não nos é possível aferir sobre a razoabilidade da rubrica de Inventários no montante de 2.686.816 euros (em 2019: 1.689.184 euros), sobre o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 1.786.515 euros (em 2019: 892.298 euros) e sobre as variações nos inventários da produção no montante de 412.141 euros.

3. Em 2015, iniciou-se uma ação inspetiva por parte da Inspeção Geral de Finanças, cujas conclusões finais não são, ainda, conhecidas na presente data, apesar de o Município de Oeiras já ter apresentado o contraditório. Pelo facto, não nos é possível aferir quais os eventuais impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes dessa ação inspetiva.
4. A Certificação Legal das Contas dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras) refere: - “A entidade está obrigada a aplicar desde 1 de janeiro de 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, não obstante o artigo 98.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano de 2019), conjugado com o artigo 86.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019 estabelecer uma prorrogação da entrada em vigor do SNC-AP para as entidades da administração local para 1 de janeiro de 2020. As demonstrações financeiras do SIMAS, referentes a 31 de dezembro de 2020, foram preparadas, apresentadas e aprovadas de acordo com o SNC-AP. Com referência a 1 de janeiro de 2020, os Serviços da Entidade desencadearam, no âmbito da NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, um novo processo de inventariação e de atualização dos registos dos bens imóveis que se encontram afetos de forma permanente ao património dos SIMAS, principalmente no que concerne às cedências da rede de água e saneamento. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido e com impacto de 883.966 euros em Ajustamentos de Transição, o processo de inventariação ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito. A IPSAS 33, por via do art.º 13º do Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, prevê um período de transição após a adoção do referencial em SNC-AP de três anos, pelo que a implementação desta norma de contabilidade pública não foi atingida em 2020.”
5. A Certificação Legal das Contas dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras) refere: - “Os SIMAS adotam um sistema de faturação do fornecimento de água e das tarifas de saneamento e de resíduos urbanos cuja integração na contabilidade financeira não se encontra otimizada. A 31 de dezembro de 2020, as contas relacionadas com a situação descrita são, no Ativo, clientes, contribuintes e utentes 13.192.447,38 euros (25.466.639,10 euros em 2019) e administração autárquica 167.942,32 euros (471.508,46 euros em 2019) e, no Passivo, administração autárquica 7.070.596,06 euros (7.834.090,51 euros em 2019). Os procedimentos adotados não nos permitiram verificar, por devedor, no final de cada período contabilístico, o valor total e a antiguidade, os valores a entregar aos Municípios de Oeiras e Amadora e se a dívida é, ou não, de cobrança duvidosa e, consequentemente, suscetível de constituição de imparidades.”
6. A Certificação Legal das Contas dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras) refere: - “Conforme já referido no ano transato, continuemos sem receber informação que nos permita concluir sobre a extensão e natureza da rubrica canções — recebidas de terceiros no montante de 1.515.710,05 euros (1.326.787,67 euros em 2019), o que constitui uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.”

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As

nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. De acordo com a Nota 15 do Relatório de Prestação de Contas Individual (Documentos de Prestação de Contas), o Município de Oeiras divulgou, de forma detalhada, como responsabilidades contingentes, o montante de 6.516.447 euros (responsabilidades não provisionadas) relacionado com processos cujo desfecho ou valor ainda não é possível conhecer.
2. O Relatório de Prestação de Contas Individual do Município de Oeiras, nomeadamente o Ponto 4 - Análise Orçamental, a nota anexa 4.20 Pressupostos Relativos ao Futuro dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras), o Relatório de Gestão da Municíпия - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA (detida em 59,22% pelo Município de Oeiras) e o anexo da Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, EM, SA (detida em 100% pelo Município de Oeiras), referem os principais impactos da situação pandémica vivida em 2020 e as principais medidas e incertezas que poderão advir da pandemia COVID-19.
3. De acordo com o referido na Nota Adoção pela 1.ª vez do SNC – AP - divulgação transitória, do Relatório de Prestação de Contas Individual (Documentos de Prestação de Contas) do Município de Oeiras, nas notas anexas 2. Referencial Contabilístico e 3. Adoção pela primeira vez do SNC-AP dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras) e na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, as contas apresentadas pelas referidas Entidades estão afetadas por reclassificações e ajustamentos decorrentes da alteração do referencial contabilístico POCAL para o SNC-AP. Esses efeitos foram reconhecidos em referência a 1 de janeiro de 2020 e encontram-se expressos nas referidas notas. Em resultado da alteração do referencial contabilístico a consolidação dos SIMAS (empreendimento conjunto) passou a ser efetuada pelo método da equivalência patrimonial substituindo o método de consolidação integral. Pelas razões referidas, os saldos apresentados não são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em referência a 31 de dezembro de 2019.
4. A Certificação Legal das Contas dos SIMAS (controlado em 50% pelo Município de Oeiras) refere: “Conforme referido na nota anexa 20. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas, no corrente exercício, os SIMAS transferiram para os Município de Oeiras e Amadora, a título de transferências correntes/capital, o montante de 3.000.000 euros.”
5. A Certificação Legal das Contas da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos E.M. (detida em 100% pelo Município de Oeiras), refere: “Conforme divulgado na nota 10.2 e 21 do Anexo às Demonstrações Financeiras chamamos à atenção para o seguinte: (i) encontra-se em curso um processo judicial contra a Entidade, cujo exfluxo, considerando a informação do advogado que acompanha o processo e a avaliação efetuada pela gestão, é considerado remoto; e (ii) a Entidade tem 2 dívidas ao Estado no valor de € 200.601,40 referentes aos processos inspetivos mencionados na nota 22.5, sobre os quais foram prestadas garantias.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de contas consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e matemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas

sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Oeiras que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Município de Oeiras. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com exceção da situação descrita na Certificação Legal das Contas do SIMAS relativa ao reflexo em SNC-AP do registo e monitorização das cauções implementado para a garantia da plenitude das mesmas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Ana Gomes

Revisor Oficial de Contas

Inscrita na OROC com o n.º 1038

consolidadas, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 21 de junho de 2021



Ana Cláudia G. Lourenço Gomes
Revisor Oficial de Contas n.º 1038

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS

Em conformidade com a legislação em vigor aplicável e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Oeiras (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos Serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos em referência a 31 de dezembro de 2020, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão Consolidado preparado pelo Órgão Executivo de acordo com a legislação em vigor. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, foi emitida nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas com reservas e com ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão Consolidado estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Reunião da Assembleia Municipal.

Desejamos, ainda, manifestar ao Órgão Executivo e aos Serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 21 de junho de 2021



Ana Cláudia G. Lourenço Gomes
Revisor Oficial de Contas n.º 1038



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO



Oeiras, 21 de junho de 2021

À atenção de

Ana Cláudia G. Lourenço Gomes
Revisor Oficial de Contas n.º 1038
Rua Julieta Ferrão n.º 12 – 1º andar (Escritório 101)
1600 – 131 Lisboa

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal das Contas que efetuaram às demonstrações financeiras consolidadas do Município de Oeiras, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020 que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 736.152.742 euros e um total do património líquido de 685.072.733 euros, incluindo um resultado líquido de 4.938.848 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Município de Oeiras, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS CONSOLIDADOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 Foi tido em consideração o referencial contabilístico SNC-AP pelo que que ocorreram, se aplicável, reclassificações em Entidades cujo referencial aplicável é o SNC.
- 1.3 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas são razoáveis.
- 1.4 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes aos fundos patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

MUNICÍPIO
OEIRAS

1.5 Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho proteção dos consumidores, aplicáveis ao Município ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras consolidadas ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas ou dados a conhecer no respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pelo Município e pelas Entidades consolidadas;

- 1.6 O Município e as entidades participadas e controladas são plenas titulares de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.
- 1.7 Demos-lhes conhecimento da identidade das partes relacionadas do Município e de todos os relacionamentos e transações com elas relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.8 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras consolidadas e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.9 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos. Apresenta-se em seguida uma lista das referidas distorções não corrigidas:

(Euros)

Descrição	Balço			
	Ativo	Passivo	Fundos Próprios	Resultados
Subsídios a Pagar em 2021 referentes a 2020 em falta em acréscimos de gastos		207 722		-207 722
Faturas de fornecedores registadas em duplicado em acréscimos de gastos		- 160 537		160 537
Total		47 185		47 185

- 1.10 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma opinião com reservas e ênfases

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizamos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas do Município e entidades consolidadas junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Demos-lhes conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras consolidadas poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas envolvendo os órgãos executivos ou funcionários.

2.5 Demos-lhes conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras consolidadas.

2.6 Demos-lhes conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que o Município e as entidades consolidadas estejam envolvidos para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.7 Confirmamos que o Município não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

2.8 A receita e a despesa são registadas em cumprimento do princípio da especialização (ou do acréscimo).

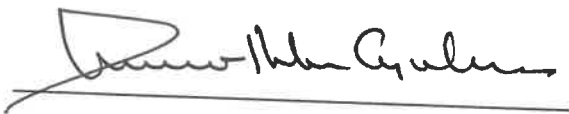


- 2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.10 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, o Município dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.11 Colocámos à vossa disposição os livros de atas de todas as reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal e de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pela Câmara foram no dia 19/05/2021 e da Assembleia Municipal no dia 12/05/2021.
- 2.12 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações do Município e das Entidades consolidadas, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.13 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.14 Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras consolidadas;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações do Município e das entidades participadas;
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

- 2.15 O Município de Oeiras ainda não concluiu o processo de conferência e valorização dos seus ativos fixos tangíveis.
- 2.16 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.17 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para o Município e para as Entidades consolidadas.
- 2.18 Confirmamos que o montante das responsabilidades contingentes do Município de Oeiras ascende ao montante de 6.516.447 euros correspondente a processos judiciais em curso. É nossa convicção que dos mesmos não advirão quaisquer responsabilidades para o Município de Oeiras que possam ter um impacto materialmente relevante nas contas consolidadas.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Pelo Executivo







MUNICÍPIO DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300
FAX: 214.418.712
email. municipio.oeiras@cm-oeiras.pt

www.cm-oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras
<http://twitter.com/MunicipioOeiras>
<http://issuu.com/municipiodeoeiras>
www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44"N | Long. 9°18'52.54'O

